



santa maria da feira assembleia municipal

### **EDITAL N.º 13/2026/DAOA-AM**

ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2026, aprovada na sessão ordinária de 26 de junho de 2026. ---

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 29 de junho de 2026. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA)



*fu*  
*Ana Cunha*

**ATA N.º 7** – No dia 30 de abril de 2026, na cidade de Santa Maria da Feira, no Europarque, reuniu, às 20H50, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Adelina da Conceição Sá Portela, e secretariada pelos(as) Sra.(as) José Carlos Pinto da Silva e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – **Ata N.º 6 – Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026**-----
- 2 – **Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**-----
- 3 – **2.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes;**-----
- 4 – **Documentos de Prestação de Contas do Município – 2025;**-----
- 5 – **Documentos de Prestação de Contas da Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, EM – 2025;**-----
- 6 – **Documentos de Prestação de Contas da Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, SA – 2025;**-----
- 7 – **Documentos de Prestação de Contas da Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira – 2025;**-----
- 8 – **Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026;**-----
- 9 – **Protocolo entre o “Município de Santa Maria da Feira e a Freguesia de Pigeiros – Parque Infantil e Espaço de Fitness da Várzea”;**-----
- 10 – **Protocolo entre o “Município de Santa Maria da Feira e a Freguesia de Milheirós de Poiares – Zona de Lazer do Outeiro”;**
- 11 – **Contrato de subconcessão de uso privativo de uma parcela de terreno a celebrar com IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, SA;**-----
- 12 – **Composição do Conselho Municipal de Educação – Quadriénio 2025-2029;**-----

R.  
Fe  
Ana Cunha



- 13 – Contrato interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas; -----**
- 14 – Designação de fiscal único e fiscal único suplente – Feira Viva, Cultura e Desporto, EM – 2026-2029; -----**
- 15 – Designação de fiscal único – Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA – 2026-2029; -----**
- 16 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de 2025.-----**

-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Mário Jorge de Castro Reis, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Paulo Jorge Leitão Marcelo, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Vítor Carlos Latourrette Marques, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves, Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Márcio Santos Correia), e Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos. -- Não esteve presente o Vereador Sérgio Manuel Murteira Cirino (o qual comunicou à Mesa a sua ausência). -----

-----

**A Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. --- Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, informou que os membros Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Roberto Pinto de Oliveira (PSD), Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto (PS) e

---



R.  
fe  
João Cunha

Domingos Manuel da Silva Florim (PS) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Carlos Seixas: substituído pela Rute Marina Pinho Marques, -----
- Ana Lamas: substituída por Mário Jorge Soares da Silva Brito, -----
- Roberto Oliveira: substituída pela Raquel Resende de Andrade *(uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – José Miguel de Amorim Ribeiro – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*,-----
- Carla Adriana Pinto: substituída por Lécio Jorge Pereira Dias, -----
- Domingos Florim: substituída por Filipa Daniela Marques Pinheiro *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Maria de Fátima Rodrigues Ferreira e Armando Telmo Oliveira e Silva – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecerem nesta sessão)*.-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Argoncilhe: Pedro Alexandre da Silva Martins (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Wilson Filipe Oliveira Pereira,---
- Gião: Manuel Oliveira Leite (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Óscar Manuel Pinto dos Reis,-----
- Guisande: Johnny Deivis Baptista de Almeida (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Patrícia Henriques Almeida, -----
- Louredo: José Fernando Moreira (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Marta da Silva Costa, -----
- Mozelos: Catarina de Oliveira Silva (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Manuel António Oliveira, -----
- Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD) – delegou a

R.  
fa  
da Cunha



representação na Secretária do Executivo: Carminda Maria dos Santos Martins, -----

• Santa Maria de Lamas: André Filipe Vivas Ramalho da Rocha (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Maria José Belinha de Oliveira. -----

Encontravam-se presentes, no início da sessão, 56 dos 61 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):*-----

Adelina da Conceição Sá Portela; José Carlos Pinto da Silva; João Luís Almeida Cunha; Sandra Maria da Silva Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Armando de Fontes Teixeira; Minervina Ferreira da Silva Rocha; Paulo Samuel Carvalho Ferreira Pinto; Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; António Perestrelo de Lima; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro; Rute Marina Pinho Marques; Mário Jorge Soares da Silva Brito; Raquel Resende de Andrade; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Wilson Filipe Oliveira Pereira; Arrifana – Joaquim Manuel dos Santos Teixeira; Caldas de São Jorge – José António dos Santos Ribeiro; Canedo – Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro; Escapães – Ana Patrícia Bastos da Cunha; Fiães – Joaquim José Ferreira dos Santos; Gião – Óscar Manuel Pinto dos Reis; Guisande – Patrícia Henriques Almeida; Louredo – Marta da Silva Costa; Lourosa – Miguel Ângelo Costa e Silva; Mosteirô – Luís Filipe da Cruz Soares; Mozelos – Manuel António Oliveira; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Romariz – Carminda Maria dos Santos Martins; União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; Santa Maria de Lamas – Maria José Belinha de Oliveira; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; Vale – Fausto Paiva dos Reis Sá; e Vila Maior – Andreia Silva Marques,



R  
Fe  
Inês Curto

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----  
Susana Alexandra Lopes Correia; Daniel Tavares Gomes; Rui Alves Rios;  
Telma Mafalda Vieira Barbosa; Manuel Ferreira Santos; Joaquim de Freitas;  
Maria de Fátima Bastos Oliveira; Marco António Gomes Gonçalves; Lécio  
Jorge Pereira Dias; Filipa Daniela Marques Pinheiro; e os Presidentes das  
Juntas de Freguesia de Lobão – David António Henriques das Neves;  
Nogueira da Regedoura – Fernando Ferreira de Sousa; Pigeiros – António  
Alves Cardoso; Sanguedo – Avelino Pereira Oliveira Fontes; e São Miguel de  
Souto – Francisco Manuel de Oliveira Andrade, -----

*Pelo Chega (CH):* Juliana Catarina Pinho Carvalho; Ricardo Manuel da Silva  
Pinto; e Sandra Sofia Sá Santos Moutinho, -----

*Pela Iniciativa Liberal (IL):* Rui Luís Campos de Oliveira.-----

-----  
*Entraram no decorrer da sessão:* Solange da Cunha Figueiredo (PSD), Ana  
Rita Castro de Sousa (PSD), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de  
Fornos – César Jorge Pais Resende (PSD), Rio Meão – Filipe Edgar Reis Dias  
(PSD), e Milheirós de Poiares – Manuel António Martins de Melo  
(Independente - IND). -----

-----  
Seguidamente, a Sra. Presidente da Assembleia informou que o documento  
a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a  
súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última  
sessão ordinária, realizada no dia 20 de fevereiro de 2026, e a presente  
sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta  
Assembleia. -----

-----  
Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia informou que a deputada  
municipal Júlia Maria Alves de Oliveira, do Partido Chega, por comunicação  
à Mesa – registada sob o n.º 5540, em 23/03/2026 – renunciou ao mandato  
de membro desta Assembleia, pelo que, nos termos legais, a mesma é

R.  
fu  
ho curbe



substituída pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Tiago Francisco Pinto de Sousa. Após constatar que o mesmo se encontrava presente, e verificando a identidade e legitimidade daquele cidadão, deu-lhe posse como membro da Assembleia Municipal para o restante período do mandato autárquico. De seguida, o Sr. Tiago Sousa abeirou-se da Mesa e, perante a Assembleia, leu e assinou a declaração de tomada de posse, do seguinte teor: “Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----  
Após isso, assinou ainda a relação de presenças da sessão e tomou o seu lugar na sala, na área destinada aos membros da Assembleia. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** disse querer dar uma nota inicial, parabenizando todos os membros da Assembleia e do Executivo Camarário pela forma elevada como decorreram as comemorações do 25 de Abril no Concelho, no passado fim de semana. -----

Posto isto, informou da existência de 4 documentos para serem apreciados neste Período – 1 da IL, 2 do CH, 1 do PS – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia, aos quais acresce um voto de pesar que o grupo municipal do PSD fez chegar à Mesa, no início desta sessão, pelo falecimento do Professor Rogério Pereira Oliveira da Costa. -----

De seguida, passou a palavra ao Partido Chega, para apresentação dos votos de louvor. -----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que apresentou e explanou o documento que, seguidamente, se transcreve: -----

“VOTO DE LOUVOR ÀS MULHERES PORTUGUESAS -----

O grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa



*R.*  
*F.*  
*Ana Cunha*

Maria da Feira, reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril de 2026, vem por este meio, apresentar um Voto de Louvor a todas as Mulheres e Mães Portuguesas, pelo papel fundamental que cada vez mais desempenham no desenvolvimento e na identidade de Portugal e que as mães comemoram este ano o seu dia a 3 de maio. -----

Num tempo em que se impõe o reconhecimento da dignidade humana em todas as suas vertentes, é dever deste órgão destacar: -----

- O papel da Mulher enquanto pilar da família, gestora do lar e educadora. O trabalho doméstico, tantas vezes invisível, é a base da estabilidade social e a garantia de uma sociedade mais humana e coesa. Este contributo merece o mais profundo respeito e dignidade. -----

- A dedicação incansável da Mulher portuguesa no mercado laboral, onde demonstra, diariamente, o seu valor, resiliência e competência, contribuindo decisivamente para o progresso económico e cultural da nossa Nação. -----

- O reconhecimento da importância da presença feminina na vida política e noutros centros de decisão.-----

O Partido CHEGA assume como designio promover a participação de mulheres que, pelo seu mérito, capacidade de trabalho e amor a Portugal, se destacam como vozes de mudança, garantindo uma representatividade assente na competência e na liberdade de escolha, rejeitando as divisões impostas por quotas de género. É bem exemplo disso, o Grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira. -----

Por tudo isto, o Partido CHEGA associa-se às celebrações do Dia da Mãe, estendendo esta homenagem a todas as mulheres que, com coragem e determinação, equilibram a maternidade, a vida profissional e o compromisso cívico, sendo exemplos inspiradores de cidadania para o nosso País.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Sandra Moutinho** (CH), que apresentou e explanou o documento que, seguidamente, se transcreve:-----

R.  
fa  
Inacurba



“VOTO DE LOUVOR À COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) DE S. M. DA FEIRA-----

O grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril de 2026, vem por este meio, apresentar um Voto de Louvor à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de S. M. da Feira. -----

Abril de 2026 é o mês da “Prevenção dos Maus-tratos na Infância” e ninguém pode ficar indiferente a esta triste e cruel realidade, e que infelizmente são inúmeros os casos conhecidos ou noticiados. -----

Estas atitudes irão condicionar o crescimento destas crianças, bem como moldar o seu desenvolvimento enquanto mulheres e homens de amanhã. Uma criança salva é a recompensa maior que esta Comissão pode ter e, portanto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA, vem reconhecer e agradecer todo o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira.-----

Assim, é de inteira justiça reconhecer publicamente nesta Assembleia Municipal, no último dia do mês de abril, o papel crucial desempenhado pela CPCJ de Santa Maria da Feira, quer na intervenção direta junto das crianças e famílias, quer na dinamização de ações de sensibilização, educação e prevenção, contribuindo de forma decisiva para uma comunidade mais segura, consciente e mais solidária.”-----

De seguida, a **Sra. Presidente da Assembleia** leu o Voto de Pesar, a que já havia feito referência, que, seguidamente, se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PSD, propõe um voto de pesar, pelo falecimento no passado dia 19 de abril, do Professor Rogério Pereira Oliveira da Costa, cuja partida, deixa um profundo vazio na comunidade educativa e em todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver e aprender. -----

Ao longo do seu percurso, destacou-se não apenas pelo seu profissionalismo e dedicação ao ensino, mas também pelo seu forte compromisso com a escola



pública e com a formação integral dos seus alunos. -----  
De acordo com o seu percurso profissional, exerceu diversos cargos de direção ao longo de vários anos letivos, evidenciando sempre um elevado sentido de responsabilidade, liderança e espírito de missão. Foi Vice-presidente do Conselho Executivo da Escola EB 2,3 Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida entre 1998/1999 e 2002/2003. No ano letivo de 2003/2004, assumiu funções como Presidente da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento de Escolas Prof. Dr. Ferreira de Almeida. -----  
Mais tarde, no ano letivo de 2008/2009, desempenhou o cargo de Assessor do Conselho Executivo do mesmo agrupamento, tendo posteriormente exercido funções como Subdiretor nos biénios de 2009/2011 e 2011/2013. No ano letivo de 2013/2014, foi ainda Coordenador de Estabelecimento da Escola Básica Prof. Dr. Ferreira de Almeida. -----  
Recordamos o Professor Rogério Costa como um educador empenhado, um líder dedicado e um colega sempre disponível, que marcou de forma indelével a vida das escolas por onde passou. O seu legado permanecerá vivo na memória de todos e no percurso das muitas gerações de alunos que ajudou a formar. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----
- Manifestar à família e amigos enlutados, as mais sinceras condolências; --
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.” -----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para dizer que a Câmara Municipal se associa ao voto de pesar em referência. -----

-----  
Todos os Partidos manifestaram igualmente a vontade de se associarem ao referido voto de pesar. -----



Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 56 votos a favor (PSD: 36, PS: 15, CH: 4, IL), aprovar o citado voto de pesar. De seguida, foi guardado um minuto de silêncio. -----

*Entraram os membros Ana Rita Sousa, César Resende e Manuel Melo. -----*

Seguidamente, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a discussão os dois votos de louvor apresentados pelo Partido Chega. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), que felicitou todos os intervenientes nas comemorações do 25 de Abril, considerando que os discursos proferidos contribuíram para elevar o nível do debate político e para afirmar Santa Maria da Feira como um bom exemplo, sobretudo quando comparado com o que ocorreu noutros locais. Endereçou, por isso, os seus parabéns a todos os grupos envolvidos. -----

Relativamente ao voto de louvor, apresentado pelo Chega e alusivo ao Dia da Mãe, informou que a Iniciativa Liberal se iria abster, face ao teor do documento. Observou que o partido reconhece o papel das mulheres na sociedade portuguesa, na vida familiar, profissional, cívica ou política, considerando a composição da própria Assembleia Municipal um exemplo dessa realidade. Nesse contexto, fez uma referência particular à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, às senhoras vereadoras do Executivo Municipal e às deputadas municipais, pelo contributo que prestam à vida pública do Concelho. -----

Por fim, acrescentou que, embora a Iniciativa Liberal não acompanhe o voto apresentado, reafirma o seu compromisso com uma sociedade em que cada pessoa, independentemente do género, possa realizar plenamente o seu potencial. -----

Quanto ao voto de louvor à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, recordou que o tema já havia sido abordado numa



*Handwritten signatures and initials:*  
A.  
fe  
ma curba

sessão anterior e indicou que a Iniciativa Liberal acompanharia a proposta, reiterando o reconhecimento do papel essencial desempenhado pela Comissão na proteção das crianças e jovens do Concelho. -----  
Sem colocar em causa o mérito do trabalho desenvolvido, salientou, igualmente, o apoio prestado pelo Município, referindo que este, por vezes, ultrapassa as suas próprias atribuições, circunstância que considerou merecedora de reconhecimento. Por fim, sublinhou que a proteção das crianças não deve ser entendida apenas como uma responsabilidade do Estado e das entidades competentes, cabendo, igualmente, a cada cidadão um papel ativo na construção de uma comunidade mais segura para as crianças. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que referiu que, relativamente ao voto de louvor à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, muito já havia sido dito sobre a matéria e, não tendo mais a acrescentar, participou que o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria favoravelmente a proposta. -- Quanto ao voto de louvor alusivo às mães e às mulheres portuguesas, afirmou que o mesmo lhe suscitava algumas reservas daí o ter de analisar com maior profundidade. Sublinhou que o documento versa, de forma, explícita sobre as mulheres portuguesas, desconsiderando as mulheres de outras nacionalidades, residentes em Portugal e que também desempenham um papel essencial no seio das suas famílias e da sociedade.-----

Acrescentou que o texto atribui um enfoque excessivo ao papel tradicional da mulher, entendendo que esta visão se encontra desajustada da realidade atual. Criticou ainda a referência negativa à lei da paridade e das quotas, considerando que esta lei veio reforçar a participação e valorização das mulheres na sociedade e na vida pública. -----

Observou, ainda, que o documento continha referências valorativas à atuação do Grupo Municipal do Chega, cuja pertinência questionou, salientando que, tal como os restantes grupos municipais, também aquele

---

R  
fa  
João Cunha



se encontra sujeito ao cumprimento das leis da República, incluindo, a legislação relativa à paridade. -----

Concluiu afirmando que, na sua perspetiva, o voto não mereceria aprovação, mas que, ainda assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, optaria pela abstenção. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que, relativamente aos dois votos em apreciação, referiu que o Grupo Municipal do PSD acompanha o entendimento já anteriormente expresso quanto ao voto de louvor à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, pelo que votará favoravelmente a proposta. -----

Destacou a importância da instituição e das pessoas que nela trabalham diariamente, na difícil e especial situação da proteção de crianças e jovens em contextos de maior vulnerabilidade, considerando esse trabalho merecedor de reconhecimento e enaltecimento. -----

Relativamente ao voto de louvor às mulheres portuguesas, afirmou concordar com as observações anteriormente apresentadas pelos membros Daniel Gomes e Rui Oliveira, informando que o Grupo Municipal do PSD optaria pela abstenção. -----

Referiu que o conteúdo do documento não corresponde integralmente à mensagem que aparenta pretender transmitir, manifestando a convicção de que essa não seria, efetivamente, a intenção subjacente ao texto. -----

Acrescentou que o Grupo Municipal do PSD entende que o papel das mulheres deve ser valorizado e defendido, recordando que, durante muitos anos, estas estiveram sub-representadas em diversos domínios da sociedade, situação que tem vindo a ser corrigida através de várias medidas legislativas, entre as quais a lei da paridade. Salientou ainda o contributo relevante das mulheres presentes na Assembleia Municipal para a vida pública do Concelho. -----

Concluiu afirmando que o PSD opta pela abstenção por considerar

---



R.  
Fe  
Ana Cunha

ultrapassada a perspetiva mais tradicional expressa no voto, preferindo centrar-se numa visão mais progressista do papel da mulher, que identificou como sendo a posição defendida pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que, dirigindo-se em particular ao membro Daniel Gomes, referiu que este poderá não ter interpretado integralmente o conteúdo do voto de louvor apresentado. Esclareceu que, embora o texto faça referência às mulheres portuguesas, por se tratar de um voto apresentado em Portugal, o mesmo termina com uma homenagem dirigida a todas as mulheres, independentemente da sua nacionalidade, não existindo qualquer intenção de atribuir maior relevância a umas em detrimento de outras. -----

Acrescentou que o voto foi apresentado no contexto da celebração do Dia da Mãe, assinalado no primeiro domingo de maio, considerando o Partido Chega importante recordar essa data na Assembleia Municipal. -----

Relativamente às observações do PSD quanto ao caráter tradicional da temática abordada, justificou essa opção por entender que alguns dos aspetos associados ao papel tradicional da mulher tendem, atualmente, a ser desvalorizados ou esquecidos. -----

Nesse sentido, salientou que muitas mulheres acumulam responsabilidades profissionais com as tarefas domésticas e familiares, realidade que, na sua perspetiva, nem sempre é devidamente reconhecida na sociedade atual. ----

-----  
Posto isto, submetidos a votação os dois votos de louvor, verificaram-se os seguintes resultados: -----

– Voto de Louvor (CH): “*Às Mulheres Portuguesas*” -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (CH) e 55 abstenções (PSD: 38, PS:15, IL, IND), aprovar o voto de louvor em referência.-----

-----  
-----

R.  
di  
Ana Cunha



- Voto de Louvor (CH): "À Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de S.M. da Feira" -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 59 votos a favor (PSD: 38, PS: 15, CH: 4, IL, IND), aprovar o voto de louvor em referência. ---

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia passou a palavra aos proponentes das duas recomendações em apreço, para procederem à apresentação das mesmas. -----

Saiu o membro Joaquim Santos.-----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), que apresentou e explanou o documento que, seguidamente, se transcreve: -----

"RECOMENDAÇÃO: CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA A MICROMOBILIDADE E SEGURANÇA RODOVIÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em Assembleia ordinária recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a criação de uma comissão de acompanhamento dedicada à análise e melhoria das condições de circulação de modos suaves e micromobilidade no concelho, com especial enfoque na segurança rodoviária. -----

Considerando que: -----

A mobilidade está a mudar – bicicletas, trotinetes e outros modos suaves já fazem parte do dia a dia. -----

O problema é que muitas vezes a infraestrutura e a sinalização não acompanharam essa mudança. -----

O que propomos é simples: analisar, com rigor, onde estão os riscos e definir soluções concretas – desde sinalização no pavimento até iluminação e semáforos inteligentes, com especial atenção a zonas sensíveis como escolas, hospitais e lares.-----



*R*  
*ma Cunha*

Não se trata de criar ciclovias, mas sim adaptar as vias existentes às novas exigências. -----

Não é uma questão ideológica – é uma questão de segurança. -----

Esta comissão deverá ter caráter multidisciplinar e orientado para resultados, visando a elaboração de um relatório técnico com propostas concretas de intervenção. -----

Para o efeito, recomenda-se que a comissão integre: -----

- técnicos municipais das áreas de mobilidade, obras e planeamento; -----
- representantes das forças de segurança (PSP/GNR); -----
- proteção civil; -----
- associações locais e nacionais ligadas à mobilidade, ciclismo e utilizadores de modos suaves; -----
- especialistas em mobilidade urbana e segurança rodoviária; -----
- representantes da comunidade educativa e social. -----

A comissão deverá desenvolver os seguintes trabalhos: -----

1. Diagnóstico da micromobilidade no concelho, incluindo: -----

- padrões de circulação de bicicletas, trotinetes e outros modos suaves; -----
- identificação de estrangimentos e conflitos com o tráfego automóvel; -----
- análise de zonas com maior risco de acidente; -----

2. Avaliação das infraestruturas e sinalização, nomeadamente: -----

- adequação da sinalização horizontal (marcação no pavimento); -----
- necessidade de reforço de sinalização luminosa; -----
- avaliação da visibilidade e segurança em cruzamentos e passagens de peões; -----

3. Estudo da implementação de soluções tecnológicas, incluindo: -----

- semáforos inteligentes e sistemas de regulação de tráfego adaptados a modos suaves; -----
- iluminação dedicada em passagens de peões e zonas críticas; -----
- sistemas de alerta e redução de velocidade; -----

4. Identificação de zonas prioritárias de intervenção, com especial enfoque

R.  
João Cunha



em: -----

- áreas envolventes a escolas, creches e berçários;-----
- unidades de saúde, hospitais e centros de saúde;-----
- lares e equipamentos sociais; -----
- zonas de elevada densidade pedonal; -----

5. Definição de medidas de acalmia de tráfego e melhoria da convivência rodoviária, promovendo uma utilização mais segura e equilibrada do espaço público;-----

6. Elaboração de relatório final, a apresentar no prazo máximo de 6 meses, contendo: -----

- propostas concretas de intervenção; -----
- calendarização; -----
- estimativa de custos.-----

A presente recomendação visa promover uma mobilidade mais segura, moderna e inclusiva, assegurando a adaptação do concelho às novas formas de deslocação e reforçando a proteção dos utilizadores mais vulneráveis do espaço público.” -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que apresentou e explanou o documento que, seguidamente, se transcreve: -----

“RECOMENDAÇÃO – SANTA MARIA DA FEIRA: CANDIDATURA A CAPITAL EUROPEIA VERDE -----

A Comissão Europeia, no intuito de valorizar os esforços e compromissos das cidades europeias nas áreas do ambiente e sustentabilidade, criou o *European Green Leaf*, uma iniciativa especialmente dirigida a cidades com população compreendida entre os 20 mil e 100 mil habitantes. -----

Em Portugal, algumas cidades já concorreram a esta iniciativa e obtiveram os méritos suficientes para saírem vencedoras perante as demais; foi o caso de Torres Vedras (2015), Valongo (2022) e Águeda (2026).-----

Os vencedores destas iniciativas obtêm um prémio pecuniário (€200.000)



R.  
Fe  
ma Cunha

para aplicar em propostas, naturalmente associadas às temáticas do ambiente e sustentabilidade, mas também ficam com o direito de ostentar o título de “cidade verde”, o que se traduz numa relevante vantagem no posicionamento político e institucional do Município perante os desafios futuros.-----

Adicionalmente, a *chancela* “cidade verde” constituir-se-ia como uma peça essencial na forma como o território é promovido local e internacionalmente, encaixando perfeitamente no trinómio história-cultura-indústria que nos caracteriza, granjeando-se por essa via a ligação entre o passado, o presente e o futuro.-----

Importa considerar que as cidades concorrentes devem possuir um histórico de indicadores condizentes com boas práticas ambientais (tratamento de resíduos, energia renovável, qualidade do ar, qualidade da água, etc.), portanto com resultados obtidos; para além disso, também se releva para o efeito, projetos futuros que sejam capazes de mitigar problemas atuais.-----

Sob este ponto de vista, esta é uma oportunidade para relançar Santa Maria da Feira como um território onde o ambiente e a sustentabilidade são assuntos críticos para o sucesso de todos os seus agentes. -----

A estratégia e o engenho para se levar por diante uma candidatura vencedora pertencerá ao Executivo Municipal e aos Técnicos sob a sua supervisão, no entanto tem sido recorrentemente indicado como uma mais-valia o envolvimento da comunidade no processo de construção da candidatura, motivo pelo qual se entende que tal deve ser prática a seguir neste caso.-----

Esta última consideração não deve ser negligenciada, uma vez que, para além dos exemplos positivos que o Município tem para apresentar decorrentes das suas próprias iniciativas, existem ainda idiossincrasias territoriais que podem fazer a diferença no resultado, desde logo, o facto de termos sediado em Santa Maria da Feira o maior centro de transformação de cortiça do mundo, uma atividade com pegada carbónica negativa (captura mais carbono do que aquele que liberta), e de concentrarmos, a dados de

R.  
fem  
tra Ceula



2025, a quinta maior potência instalada de produção de energia fotovoltaica para autoconsumo.-----

Assim, recomenda-se ao Executivo que:-----

- Desencadeie os procedimentos internos necessários para a preparação de uma candidatura ao prémio *European Green Leaf*,-----
- Envolve todos os agentes do território capazes de aportar mais-valias técnicas e propostas à candidatura, -----
- Tanto quanto possível, o processo de candidatura seja submetido até ao final do presente mandato.” -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a discussão as duas recomendações em apreço. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), referindo que a Iniciativa Liberal vê com bons olhos a ambição de posicionar Santa Maria da Feira como um território mais sustentável e competitivo, considerando que uma candidatura a iniciativas como a *European Green Leaf* poderá representar uma oportunidade relevante para o Concelho. -----

Sublinhou, contudo, que o mais importante neste tipo de candidaturas é a obtenção de resultados concretos, destacando a necessidade de envolver as empresas e o investimento privado no processo, de forma a garantir que a sustentabilidade não seja entendida apenas como uma política pública, mas também como um motor de crescimento económico. -----

Acrescentou que a Iniciativa Liberal está disponível para apoiar todas as iniciativas que representem progresso efetivo e resultados visíveis. Concluindo a sua intervenção, recordou que a substituição dos atuais contentores de resíduos que continua por concretizar. -----

Interveio o membro **Tiago Sousa** (CH) que, concordando com a recomendação apresentada pelo Partido Socialista, salientou que a mesma



*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*

constitui uma oportunidade para Santa Maria da Feira obter a distinção em causa. Acrescentou que, apesar de o valor do prémio ser reduzido, face ao orçamento municipal anual, existirão benefícios relevantes decorrentes do envolvimento da sociedade civil, o que considerou corresponder a um compromisso que os responsáveis políticos devem ter sempre presente. Referiu ainda que o Partido Chega defende que a candidatura seja concretizada durante o atual mandato e não nos termos temporais sugeridos pelo Partido Socialista. -----

Relativamente à proposta apresentada pela Iniciativa Liberal, afirmou que o Partido Chega considera a segurança rodoviária dos feirenses uma prioridade inegociável, reconhecendo o crescimento da micromobilidade e os novos desafios que esta realidade coloca ao espaço público. -----

Referiu, contudo, que a recomendação poderá abrir caminho a um aumento da burocracia, à realização de estudos prolongados e à eventual adoção de medidas suscetíveis de criar constrangimentos para a maioria dos cidadãos que dependem do automóvel no seu quotidiano. -----

Acrescentou que, até ao momento, não existem dados públicos que demonstrem a existência, em Santa Maria da Feira, de um problema grave e estrutural de sinistralidade associado à micromobilidade. Considerou ainda que a proposta atribui excessiva ênfase à adaptação das infraestruturas e às soluções tecnológicas, relegando para segundo plano a fiscalização e a responsabilização dos utilizadores. -----

Concluiu afirmando que o Partido Chega continua a priorizar a segurança dos peões, nomeadamente através da construção de passeios, bem como a segurança dos automobilistas, defendendo, relativamente aos utilizadores de trotinetas, o reforço da fiscalização e da responsabilização.-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que referiu concordar, em termos gerais, com a maioria das propostas constantes da recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal, salvo algumas reservas. -----

R.  
fa  
João Cunha



Destacou, em primeiro lugar, a proposta de criação de uma comissão de acompanhamento, considerando que esta poderia constituir uma estrutura paralela ao já existente Conselho Municipal de Segurança. Entendeu que as competências previstas para essa comissão poderiam ser asseguradas por aquele órgão, mediante a introdução de alguns ajustamentos, evitando a criação de estruturas redundantes. -----

Acrescentou que, caso a proposta viesse a ser aprovada, seria importante prever a inclusão de um representante da Assembleia Municipal na composição da referida comissão, possibilidade que não se encontra contemplada, e cuja participação contribuiria para um melhor acompanhamento e enquadramento da iniciativa. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que referiu que o grupo municipal do PSD é naturalmente sensível às questões da segurança rodoviária e da micromobilidade, reconhecendo a sua relevância no contexto atual. Considerou, contudo, que a criação de uma nova comissão de acompanhamento, de momento, não se justifica.-----

Acrescentou que a Câmara Municipal já dispõe, através dos seus serviços técnicos, da Divisão de Rede Viária e de Trânsito e do Conselho Municipal de Segurança, dos recursos e conhecimentos necessários para acompanhar, analisar e intervir nestas matérias, de forma contínua e integrada no território. Entendeu que a criação de uma estrutura paralela poderia traduzir-se numa redundância de funções, dispersando recursos e comprometendo a eficiência dos serviços existentes, que têm vindo a desenvolver trabalho nesta área. Assim, apesar de respeitar o espírito da recomendação, informou que o PSD votaria contra.-----

Relativamente à proposta apresentada pelo grupo municipal do PS sobre a Capital Europeia Verde, começou por saudar o reconhecimento implícito do trabalho desenvolvido pelo Executivo municipal na área ambiental, na qualificação dos espaços verdes e na afirmação de Santa Maria da Feira

---



R.  
francisco

como um território cada vez mais sustentável, considerando tratar-se de um percurso que deve orgulhar todos os feirenses. -----

Referiu, contudo, que a definição de prioridades estratégicas e a decisão sobre a apresentação de candidaturas desta natureza, devem competir ao Executivo municipal, por este dispor da legitimidade, da visão global e dos instrumentos técnicos necessários para avaliar o momento, a oportunidade e a capacidade de concretização dessas iniciativas. Defendeu ainda que a Assembleia Municipal deve acompanhar e escrutinar a ação do Executivo, sem se substituir às suas competências de gestão e governação. -----

Alertou para o facto de o documento misturar os conceitos de «Capital Europeia Verde» e de «European Green Leaf». Explicou que o programa «European Green Leaf» se destina a cidades de média dimensão, enquanto o título de Capital Europeia Verde é atribuído a cidades de maior dimensão, considerando importante distinguir ambas as iniciativas. Indicou que, no caso de Santa Maria da Feira, estaria provavelmente em causa uma candidatura ao «European Green Leaf» e não ao título de Capital Europeia Verde, como resulta da redação da recomendação -----

Concluiu, afirmando que, apesar de se tratar de uma matéria pertinente e merecedora de atenção, esta não deve ser objeto de recomendação da Assembleia Municipal, mas antes de avaliação estratégica por parte do Executivo municipal, no momento e nos termos, que este considere adequados, razão pela qual o PSD votaria contra. -----

-----  
Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que começou por referir, relativamente à recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal, que compreende e partilha as preocupações relacionadas com a duplicação de trabalho e o excesso de burocracia, concordando, nesse aspeto, com a intervenção do membro Daniel Gomes.-----

Contudo, questionou que, seguindo a lógica apresentada, se já existe um Conselho Municipal de Segurança, importa perceber por que razão as

---

R.  
Inocência



questões da micromobilidade não estão a ser nele discutidas. -----  
Acrescentou ainda que se encontra em execução o projeto «Acessibilidades 360» e que, tanto quanto é do seu conhecimento, o mesmo não contempla medidas específicas relacionadas com a circulação de bicicletas, trotinetes ou outros meios de micromobilidade, nem soluções destinadas a assegurar condições adequadas para a sua circulação. -----

Referiu igualmente que, caso estas matérias já estejam efetivamente enquadradas no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, seria importante conhecer os dados existentes sobre a sua utilização, designadamente, o número de utilizadores, os tempos médios de utilização e os percursos efetuados, de forma a avaliar se estas soluções correspondem às necessidades reais da população e se fazem sentido.-----

-----  
De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por referir que não compete à Câmara Municipal imiscuir-se na discussão da Assembleia Municipal durante o período destinado à apreciação de recomendações e moções. Contudo, considerando que havia sido mencionado o projeto «360», entendeu prestar alguns esclarecimentos sobre o mesmo.-----

Explicou assim que o projeto «360» se desenvolve desde a rotunda do Montinho, junto à superfície comercial Continente, até à Rua Comendador Sá Couto, acrescentando que se trata de um projeto concebido por uma das maiores referências nacionais na área da mobilidade e financiado quase na totalidade por fundos comunitários, em virtude do seu mérito. -----

Esclareceu que o conceito do projeto assenta na acessibilidade total para os cidadãos que percorrem aquele espaço a pé, consistindo na criação de um corredor com 1,5 metros de largura completamente livre de obstáculos, sem sinalização vertical, papeleiras ou quaisquer outros elementos que possam dificultar uma circulação pedonal de forma tranquila e segura. -----

Referiu ainda que o projeto será complementado por uma intervenção na

---



R.  
Ina Curba

Rua Comendador Sá Couto, a qual terá uma preocupação mais centrada no atravessamento rodoviário. Acrescentou também que, na zona da Capela de Campos, se encontra em estudo a criação de um corredor destinado à circulação de bicicletas e trotinetes. -----

Sublinhou, por isso, que o Município dispõe de um plano de mobilidade para o concelho, com especial enfoque na cidade de Santa Maria da Feira.-----

Concluiu esclarecendo que a sua intervenção teve apenas como objetivo explicar que o projeto «360» é essencialmente um projeto de acessibilidade pedonal, tratando-se de uma matéria distinta, embora complementar, das questões da micromobilidade, tendo sido estudado e candidatado com esse objetivo. -----

-----  
Posto isto, submetidas a votação as duas recomendações, verificaram-se os seguintes resultados: -----

– Recomendação (IL): *“Criação de Comissão de Acompanhamento para a Micromobilidade e Segurança Rodoviária no Município de Santa Maria da Feira”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (IL, IND), 37 votos contra (PSD) e 19 abstenções (PS: 15, CH: 4), rejeitar a recomendação em referência.-----

-----  
– Recomendação (PS): *“Santa Maria da Feira: Candidatura a Capital Europeia Verde”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS:15, CH: 4, IL, IND) e 37 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em referência.-----

-----  
De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia permitiu, a cada grupo municipal, usar da palavra para colocar questões à Câmara, de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a

---

R.  
for  
Inacurba



palavra ao membro Rui Oliveira.-----

-----  
*Entraram os membros Solange Figueiredo e Filipe Dias.* -----

-----  
O membro **Rui Oliveira** (IL) referiu que, na sequência do proferido pelo Sr. Presidente da Câmara a respeito das vias que vão ser afetas às trotinetes, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara clarificasse um pouco melhor o que está planeado.-----

-----  
Interveio o membro **Tiago Sousa** (CH), que informou que o grupo municipal do Partido Chega pretendia colocar várias questões ao Executivo municipal. Assim, perguntou se o encerramento do Serviço de Finanças de Lobão constituía uma decisão definitiva, referindo o Despacho n.º 5538/2026, de 28 de abril, publicado no Diário da República, que determina a concentração dos serviços de finanças Feira 2 e Feira 3, conduzindo ao encerramento daquele serviço. Destacou que no ponto 7 do citado despacho, se determina que produz efeitos a partir de 23 de abril de 2026, questionando se o Executivo municipal tinha sido consultado sobre esta decisão, se esteve em equação a possibilidade de optar entre o encerramento dos serviços de Lobão e de Lourosa e qual o autor da decisão. Considerou tratar-se de uma perda significativa para a zona noroeste do Concelho e para as freguesias que recorriam àquele serviço.-----

De seguida, solicitou que fosse feito um ponto de situação dos pedidos de licenciamento das centrais fotovoltaicas no Concelho, perguntando se tinha ocorrido alguma alteração desde a última sessão da Assembleia Municipal. Questionou ainda qual o prazo de funcionamento previsto para o aterro sanitário de Canedo e se estava prevista alguma renovação desse prazo, bem como se contrapartidas previstas para a população de Canedo tinham sido integralmente cumpridas.-----

Por fim, perguntou se a empresa P. Parques se encontrava a cumprir os

---



pagamentos devidos ao Município, bem como qual o prazo previsto para a liquidação dos valores mensais em causa. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS) que leu o documento que disponibilizou e cujo teor se transcreve: -----

“Caros feirenses, -----  
Esta semana, no dia 28, foi publicado em Diário da República a fusão do Serviço de Finanças de Feira 3 (Lobão) no Serviço de Finanças de Feira 2 (Lourosa). -----

Significa isto, que o Serviço de Finanças 2, em Lourosa, passará a ter competências para as freguesias de Argoncilhe, Fiães, Lourosa, Mozelos, Sanguedo, Caldas de São Jorge, Pigeiros, Canedo, Vale, Vila Maior, Lobão, Gião, Louredo e Guisande, o que corresponde a um fluxo populacional próximo a 60 mil pessoas. -----

Ora, numa altura em que a resposta dos serviços de finanças em Santa Maria da Feira já é parca e que os funcionários se queixam de falta de recursos humanos, fundir os serviços não é a resposta que a população precisa, muito pelo contrário. -----

Com horários de atendimento reduzidos e com o drástico aumento de utentes, tornar-se-á impossível qualquer munícipe aceder ao referido serviço de finanças e ser atendido em tempo útil, com consequência, inclusive, para a liquidação e pagamento atempado de impostos. -----

Não há dúvidas que o atendimento irá piorar. -----

Além desta questão não podemos descurar o facto do nosso município, à semelhança daquilo que acontece no país, estar envelhecido e que esta alteração terá impacto direto na nossa população mais velha que, como sabemos, utilizam mais os serviços presenciais. -----

Os cidadãos terão de se deslocar para mais longe e, ainda assim, provavelmente não serão atendidos. -----

Sobre esta questão, não podemos, ainda, deixar de referir que para um

---

R.  
fes  
maunho



governo que jura defender a coesão territorial, desertificar as zonas menos urbanas dos concelhos é um verdadeiro contrassenso e uma falta de respeito pelos cidadãos. Senhores, não podemos pugnar pela saída das cidades para o interior, quando diminuimos serviços e dificultamos a vida a quem lá habita. -----

Nos últimos anos, o nordeste do concelho tornou-se um refúgio para jovens casais que queriam ficar perto do Porto e diminuir custos com a habitação. Diminuir a oferta de serviços públicos no nordeste do concelho é, sem dúvida, um retrocesso. -----

Face a isto, não posso deixar de referir que tenho visto com preocupação a inércia do município quanto a esta questão e, por isso, senhor Presidente, não lhe pergunto se vai fazer alguma coisa, pergunto-lhe quando é que vai fazer alguma coisa? -----

O nordeste do concelho também merece consideração.” -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que disse querer colocar três questões ao Sr. Presidente da Câmara. -----

A primeira incidiu sobre os edifícios escolares com amianto, referindo tratar-se de preocupações transmitidas por cidadãos do concelho. Questionou para quando está prevista a substituição do amianto na Escola de Argoncilhe e na Escola EB 2,3 de Lobão. Acrescentou ainda que, para surpresa do seu grupo municipal, a Escola de Lobão continua sem ligação de água e saneamento, questionando se tal corresponde à realidade e como se justifica. Quanto à segunda questão, manifestou satisfação pela recente aprovação da reabilitação do pavilhão de Arrifana, alertando, contudo, para a necessidade de o Município prever alternativas durante o período de execução da obra. Aproveitou ainda para voltar a chamar a atenção para a situação do pavilhão da Escola Fernando Pessoa, classificando-a como grave, não apenas para os alunos que se encontram sem aulas de educação física desde novembro, mas também para os jovens envolvidos em atividades e formação desportiva.

---



*R*  
*ma curho*

Considerou que está cada vez mais difícil encontrar espaços para a prática desportiva no concelho de Santa Maria da Feira, em especial na cidade e na União de Freguesias, deixando um apelo ao Executivo no sentido de ser dada particular atenção a esta situação.-----

Por fim, abordou a situação das associações humanitárias de bombeiros, recordando que os Bombeiros da Feira assinalariam, no dia seguinte, 1 de maio, o seu 105.º aniversário. Sublinhou a importância destes agentes de proteção civil na salvaguarda de pessoas e bens, recordando as palavras, anteriormente proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, a propósito do novo edifício da Proteção Civil e do centro de comunicações, bem como a criação da sala de crise. Quanto às Equipas de Intervenção Permanente (EIP), afirmou ter percebido que essa possibilidade acabou por não avançar, devido à prioridade atribuída a outras candidaturas, tendo em conta o número de equipas já existentes no concelho. -----

Nesse contexto, questionou o Município sobre o apoio protocolado destinado aos três corpos de bombeiros do concelho de Santa Maria da Feira, perguntando se se manteria o valor e o nível de apoio até aqui atribuídos ou se estaria previsto algum reforço. Defendeu que, além do reconhecimento verbal da importância destas corporações, seria igualmente importante assegurar medidas concretas de apoio, para as quais o Município teria condições.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Sandra Castro** (PSD), começando por felicitar a Câmara Municipal, em particular o seu Presidente, Dr. Amadeu Albergaria, por ter dado prioridade à área da justiça no Concelho, através do lançamento do concurso para a execução do projeto do futuro Palácio da Justiça, num investimento de 1,15 milhões de euros. -----

Referiu que, com esta decisão, passa finalmente a ser possível acreditar na concretização de um tribunal digno para todos os feirenses. Afirmou que, na qualidade de advogada, exercendo funções em Santa Maria da Feira há

---

R.  
Inês Curto



quase três décadas, os agentes judiciais consideram esta obra uma prioridade para o Concelho, salientando que o Município possui um dos maiores tribunais do país, com um elevado número de pendências, pelo que o novo edifício contribuirá para uma justiça mais célere e eficiente. -----

Sublinhou ainda que passaram muitos anos sem qualquer evolução desde que o antigo tribunal ficou inativo, em 2008, considerando motivo de congratulação o facto de a Câmara Municipal avançar agora com um investimento próprio na área da justiça em Santa Maria da Feira. Acrescentou que esta obra permitirá igualmente a concretização de outras infraestruturas relevantes, designadamente, um parque de estacionamento e instalações para os serviços de Registos e Notariado, cuja necessidade classificou como evidente. -----

Concluiu afirmando que, numa Assembleia Municipal centrada na apreciação das contas do Município, a execução deste projeto demonstra a boa situação financeira da Câmara Municipal, deixando, por isso, uma palavra de felicitação ao Executivo. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, começando por, relativamente à questão colocada pelo membro Rui Oliveira (IL), esclarecer que, ao contrário do que poderia ter sido entendido, não está prevista a criação de uma via dedicada a trotinetes no centro da cidade de Santa Maria da Feira, explicando que o projeto «360» corresponde a um percurso pedonal acessível a todos, concebido como modelo desejável para expansão a todo o território. -----

Referiu ainda que a intervenção na Rua Comendador Sá Couto prevê medidas de acalmia e ordenamento do trânsito, mantendo-se como eixo de ligação entre a zona nova e a zona antiga da cidade, contemplando estacionamento em função da atividade comercial existente. Realçou ainda que a solução permitirá passeios em ambos os lados da via e atravessamentos mais seguros. -----



*R*  
*f*  
*Ina Cunha*

Acrescentou que se encontra em análise uma outra solução, pelo lado de Campos, destinada à circulação de bicicletas, permitindo a segregação dos diferentes modos de mobilidade e evitando a concentração de várias utilizações na mesma via. Reforçou, assim, que não está a ser construída qualquer ciclovía ou via para trotinetes no centro da cidade da Feira. Recordou ainda que, nos termos do Código da Estrada, as trotinetes devem circular na faixa de rodagem, embora reconheça que essa regra nem sempre é cumprida.-----

Quanto à questão das finanças, abordada pelo Chega e pelo Partido Socialista, recordou que, há cerca de dez anos, existiu uma tentativa de encerramento das repartições de finanças do Concelho, mantendo-se então apenas a da Feira, situação à qual se opôs publicamente, tendo sido possível preservar as quatro repartições existentes. Referiu que, entretanto, várias repartições foram encerradas noutros pontos do país, enquanto no Concelho se mantiveram em funcionamento.-----

Explicou que os primeiros sinais do possível encerramento da repartição de Lobão surgiram através da deslocação de funcionários para outros locais e que, apesar das diligências efetuadas, o despacho de encerramento acabou por ser publicado a 23 de abril.-----

Manifestou discordância relativamente a esta decisão, defendendo que a mesma deveria ter sido previamente discutida com a Junta de Freguesia, as freguesias abrangidas e a Câmara Municipal. Sublinhou, contudo, que o Município não permitirá a perda de serviços na freguesia de Lobão, dando nota de que está a ser ponderada a criação de um Espaço Cidadão em Lobão, à semelhança do que acontecerá em Canedo, assegurando maior proximidade de serviços, apesar do encerramento da repartição de finanças. Em Lobão, destacou, designadamente, a requalificação da Unidade de Cuidados de Saúde Primários, num investimento próximo de 440 mil euros, bem como a requalificação e ampliação da Escola da Corga de Lobão, cujo projeto já foi entregue. Defendeu que o nordeste do Concelho não se encontra

R.  
Fu  
Inacurto



ao abandono, apontando exemplos de investimento e desenvolvimento na região, nomeadamente ao nível das acessibilidades, da rede viária estruturante, da abertura da Piscina Municipal de Canedo e da instalação, naquela infraestrutura, do maior ginásio da empresa municipal Feira Viva. Sublinhou que o Município continuará a garantir serviços essenciais à população, nas áreas da saúde, educação, cultura e desporto, referindo ainda o crescimento registado em freguesias como Canedo, associado ao retomar da construção e ao dinamismo económico.-----

Sobre as centrais fotovoltaicas, informou que a situação se mantém inalterada, não existindo qualquer central licenciada, estando todos os procedimentos em apreciação no tribunal administrativo.-----

Relativamente ao aterro sanitário de Canedo, esclareceu que a capacidade disponível deverá prolongar-se para além de 2030. Referiu que a matéria se encontra atualmente em discussão a nível nacional e metropolitano, uma vez que vários territórios já não dispõem de capacidade de deposição, o que não se verifica em Santa Maria da Feira e em Vila Nova de Gaia.-----

Quanto ao protocolo relacionado com o aterro, confirmou o cumprimento das contrapartidas previstas, salientando, contudo, que o Município realizou investimentos adicionais para além dessas contrapartidas, como aconteceu com a Piscina Municipal de Canedo.-----

Sobre a empresa P. Parques, informou não dispor, naquele momento, de informação detalhada sobre o estado dos pagamentos ao Município, comprometendo-se a remeter essa informação por escrito ao deputado em causa. Explicou ainda que a empresa comunica mensalmente as receitas dos parquímetros, o que faz até ao dia 8 de cada mês, sendo posteriormente efetuados os respetivos pagamentos dentro do prazo definido.-----

No que respeita aos edifícios escolares, referiu que o Município recebeu a gestão das escolas há cerca de dois anos, no âmbito do acordo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo. Esclareceu que as escolas foram classificadas em níveis de prioridade P1 e



*Handwritten initials and signature:*  
R  
fer  
Ana Cunha

P2, existindo no Concelho duas escolas classificadas como P2, atualmente em intervenção prioritária. Acrescentou que, para além destas, o Município se encontra já a desenvolver projetos noutras escolas, incluindo intervenções de remoção de amianto. -----

Sublinhou que não é possível exigir às câmaras municipais a resolução, em poucos meses, de problemas acumulados ao longo de vários anos pelos sucessivos governos. Informou que os procedimentos relativos às escolas de Argoncilhe e Lobão se encontram em curso, envolvendo projetos, contratação pública e o cumprimento das normas legais aplicáveis. No caso de Lobão, esclareceu que estão a ser estudadas soluções que integram saneamento, remoção de amianto, requalificação e ampliação da escola. ----

Aludiu ainda às intervenções em curso ou em fase avançada nas escolas de Paços de Brandão e Lourosa, salientando que apenas as escolas classificadas como P1 e P2 dispõem atualmente de financiamento, ainda que parcial. Acrescentou que os restantes investimentos estão a ser concretizados com recurso ao orçamento municipal, face à inexistência de modelos de financiamento definidos pelo Governo. -----

Quanto ao pavilhão de Arrifana, informou que a Vereadora responsável se encontra a trabalhar com a Direção do Agrupamento de Escolas de Arrifana na definição da melhor solução para aquele equipamento. Destacou igualmente a requalificação do pavilhão da antiga Escola Fernando Pessoa, no centro da cidade de Santa Maria da Feira, que ficará disponível para utilização da comunidade após o horário letivo. Referiu ainda intervenções previstas ou em curso nos pavilhões de Arrifana, Lourosa, Gião e Corga de Lobão, sublinhando que o aumento da prática desportiva no Concelho constitui um sinal positivo e valoriza o papel dos clubes locais. -----

Relativamente ao financiamento dos bombeiros, referiu tratar-se de uma matéria complexa em discussão a nível nacional e concelhio, informando que estão agendadas reuniões de negociação com as três corporações de bombeiros do Concelho. Recordou ainda que, quando assumiu funções em

R.  
J.  
Inês Cunha



substituição do anterior presidente, uma das primeiras medidas que adotou foi a atribuição de um subsídio extraordinário às corporações e a revisão do regulamento de apoio aos bombeiros voluntários. -----

Confirmou também que a candidatura anteriormente referida para reforço dos meios de proteção civil foi aprovada há cerca de um mês, quase um ano depois de ser apresentada, permitindo avançar e ter mais meios nessa área. Concluindo, sublinhou que a proteção civil assumiu uma importância central no debate político nacional e autárquico e afirmou que o ponto de partida das negociações com os bombeiros não será a redução, mas sim o reforço dos apoios, considerando que os bombeiros constituem a espinha dorsal da proteção civil. -----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Pinto** (CH), que referiu ter apenas uma questão relativamente à situação da repartição de Finanças de Lobão. Recordou que o Sr. Presidente da Câmara mencionou a possibilidade de criação de um Espaço Cidadão naquela freguesia, tendo sido esclarecido pelo próprio que tal não se confunde com uma Loja do Cidadão.-----

O membro Ricardo Pinto reiterou que considera essencial procurar reverter a decisão de encerramento da repartição de Finanças, mantendo-a em funcionamento até à existência de uma solução alternativa. -----

Sublinhou conhecer a realidade local, por exercer atividade profissional em Lobão, considerando que existe uma população idosa significativa que depende daquele serviço de proximidade. Acrescentou que o espaço serve um universo populacional estimado entre 50 mil e 60 mil pessoas, tendo apelado ao Sr. Presidente da Câmara para se associar ao movimento de contestação, no sentido de encontrar uma solução conjunta que permita manter o serviço em funcionamento. -----

Manifestou ainda preocupação quanto à eventual criação de uma solução meramente transitória, defendendo a necessidade de uma resposta efetiva e duradoura.-----

---



R.  
fer  
Ana Cunha

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que uma Loja do Cidadão e um Espaço Cidadão correspondem a estruturas distintas, considerando importante evitar equívocos junto da população. Esclareceu que a Loja do Cidadão concentra um conjunto mais alargado de serviços, normalmente direcionados para todo o concelho e instalados em equipamentos de maior dimensão, enquanto o Espaço Cidadão se adequa à escala de uma junta de freguesia, disponibilizando um conjunto mais limitado de serviços. -----  
Recordou ainda que, há cerca de dez anos, a repartição de Finanças de Lobão nunca chegou efetivamente a encerrar, não tendo, por isso, existido necessidade de reverter qualquer decisão. Acrescentou que, na situação atual, existe já uma portaria que determina o encerramento do serviço. -----  
Referiu que o Município poderá procurar reverter essa decisão, reiterando a posição já assumida pela Câmara Municipal, salientando, contudo, que a solução em análise poderá traduzir-se, no futuro, num reforço de serviços para a freguesia de Lobão e para toda a zona Nordeste do Concelho. -----

-----  
Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS), que referiu que, no decorrer da explicação do Sr. Presidente da Câmara sobre a reabilitação dos pavilhões, lhe surgiu uma dúvida relativamente ao pavilhão da Escola Fernando Pessoa. Recordou que a situação do equipamento é do conhecimento geral, encontrando-se já em fase de obra após aprovação do respetivo projeto, e questionou se a intervenção teria condições para estar concluída antes das férias escolares de verão. -----

Acrescentou que aquele agrupamento escolar acolhe um dos maiores campos de férias do Município, senão mesmo o maior em número de crianças participantes, considerando que a ausência do pavilhão poderá limitar significativamente a realização de atividades desportivas e comprometer a manutenção da atual oferta dirigida às crianças e às famílias. Nesse sentido, questionou se o Município teria capacidade para assegurar o funcionamento do campo de férias naquela escola durante o período

---

R.  
F. C.  
A. Curto



previsto. -----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o Município identificou o problema no pavilhão e lançou de imediato os procedimentos necessários para a sua resolução, encontrando-se atualmente a intervenção em curso. Referiu, contudo, que os procedimentos associados às empreitadas públicas estão sujeitos às regras e prazos previstos no Código dos Contratos Públicos, os quais considerou demorados e difíceis de ultrapassar.-----

Acrescentou que esta realidade tem sido amplamente debatida a nível nacional, nomeadamente na sequência dos constrangimentos provocados pela tempestade Kristen, existindo atualmente iniciativas governamentais e parlamentares no sentido de criar mecanismos legais que permitam maior rapidez na execução deste tipo de projetos. Considerou que qualquer entidade pública enfrentaria os mesmos procedimentos, prazos e dificuldades, independentemente da sua gestão. -----

Sublinhou ainda que a Câmara nunca esteve alheada do problema e que, desde o primeiro momento, tem procurado resolver a situação dentro dos constrangimentos normais de qualquer empreitada pública. Referiu igualmente que fatores externos, como o aumento dos custos associados aos produtos petrolíferos e às matérias-primas, têm tido impacto significativo nas obras públicas, podendo conduzir a concursos sem concorrentes devido à desatualização dos preços-base inicialmente definidos. -----

Acrescentou também que a disponibilidade limitada das empresas de construção, especialmente em áreas mais afetadas por intervenções urgentes noutras regiões do país, condiciona os prazos de execução das obras. Ainda assim, garantiu que o Município está empenhado em concluir a intervenção o mais rapidamente possível. -----

Quanto ao campo de férias, assegurou que o pavilhão estará concluído a tempo ou, caso tal não seja possível, será encontrada uma solução alternativa que permita garantir o normal funcionamento da iniciativa. -----



*R.*  
*fi*  
*Ana Cunha*

Saíram os membros Avelino Costa, Mário Brito e Paulo Pinto. -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**1 – Ata N.º 6 – Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2026** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não participam na votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Rute Marques, Lécio Dias, Filipa Pinheiro, Óscar Reis, Patrícia Almeida, David Neves, Manuel Melo, Manuel Oliveira, Carminda Martins, Maria Oliveira e Nuno Albergaria. -----

Reentraram os membros Avelino Costa, Mário Brito e Paulo Pinto. -----

**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 6390, em 21/04/2026, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao II Relatório de 2026, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), para aludir a dois contratos que constam da listagem de contratos de empreitadas, concretamente nas páginas 6 e 8 do documento em apreço. -----

Deu nota que um diz respeito ao fornecimento de infraestruturas digitais de rede estruturada do Município de Santa Maria da Feira com integração das

R.  
Inalme



redes informáticas dos Bairros Digitais, no valor de 49.752 €, e o outro às infraestruturas elétricas do Bairro Digital - Santa Maria da Feira, no valor de 91.076 €.-----

Acrescentou que, salvo erro, já tinha anteriormente questionado o ponto de situação deste projeto, por considerar que poderia estar relacionado com o projeto “Vai-me à Loja”, pretendendo agora perceber se existia ou não essa relação. Questionou, assim, em que consiste o projeto dos Bairros Digitais e qual a sua ligação ao projeto referido.-----

Partilhou ainda uma preocupação relativamente à sustentabilidade destes projetos financiados, admitindo que pudesse existir financiamento do PRR, e questionando se a Câmara teria capacidade para manter os projetos ativos após o término desse financiamento. Referiu o risco de acontecer o mesmo que já foi mencionado nesta sessão relativamente a outros projetos, como a programação no primeiro ciclo, que acabaram por ficar pelo caminho ou interrompidos a meio do ano letivo por falta de capacidade financeira da Câmara para os sustentar após o fim dos fundos.-----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e esclareceu que o Bairro Digital é um projeto financiado por fundos comunitários, no âmbito do PRR, estando prevista a sua execução integral até ao final desse programa, acrescentando tratar-se de uma colaboração entre a Câmara e a Associação Empresarial da Feira, entidade responsável pela gestão corrente do projeto. Referiu que o projeto abrange não apenas iniciativas de formação e animação, como o “Vai-me à Loja” e outras ações no centro histórico, mas também uma componente infraestrutural. Indicou que já existe sinalética identificativa do Bairro Digital no centro histórico e que está prevista a criação de um marketplace que permitirá aos utilizadores, através de uma aplicação, efetuar compras no centro histórico, incluindo a possibilidade de recolha das encomendas em cacifos próprios.-----

Acrescentou ainda que o projeto prevê a disponibilização de internet em todo



*R.*  
*F.*  
*Ina Cunha*

o centro histórico, daí um dos projetos financiados ser o da integração entre a rede de internet da Câmara e a do Bairro Digital. Explicou também que a concretização destas soluções exige a instalação de infraestrutura elétrica subterrânea, cuja colocação estava já a decorrer de forma discreta no centro histórico. -----

Informou que o Bairro Digital tem um financiamento de cerca de um milhão de euros e que, além da componente imaterial, inclui uma componente material que ficará instalada no centro histórico e se tornaria mais visível nos meses seguintes, após a conclusão das contratações necessárias. -----

Relativamente à questão da capacidade da Câmara para manter o projeto após o término do PRR, considerou tratar-se de um tema relevante e transversal. Referiu que existem outros projetos semelhantes, nomeadamente na área social, inicialmente financiados por fundos comunitários e atualmente suportados pela Câmara Municipal. Defendeu que esta é uma questão que o país terá de resolver a curto ou médio prazo, tendo em conta a elevada dependência de fundos comunitários para financiar diversos projetos e os impactos futuros decorrentes do fim desses apoios, tanto para os cidadãos como para a gestão dos responsáveis nacionais e autárquicos. -----

Concluiu, contudo, que no caso concreto do Bairro Digital essa preocupação não se coloca com a mesma intensidade, considerando mais preocupante o recurso a fundos europeus para áreas como a saúde ou a educação, dando o exemplo da aquisição de equipamentos informáticos, os computadores “Magalhães”, que foram dados a crianças de duas ou três gerações e, depois, as seguintes, já não os tiveram. -----

Salientou, assim, que esta problemática já vem de há muito tempo e que terá inevitavelmente de ser resolvida enquanto país. -----

-----  
Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.

R.  
fe  
Armando



Saíram os membros Miguel Ângelo Silva, António Perestrelo Lima, Wilson Pereira e Armando Teixeira.-----

**3 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 56 votos a favor (PSD: 35, PS: 15, CH: 4, IL, IND), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentraram os membros Miguel Ângelo Silva, António Perestrelo Lima, Wilson Pereira e Armando Teixeira. -----

Saiu o membro Licínio Loureiro.-----

**4 – Documentos de Prestação de Contas do Município – 2025 -----**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o deputado municipal **Rui Oliveira** (IL) que começou por referir que



*R*  
*Fe*  
*Ina Cunha*

o Sr. Presidente da Câmara antecipou parte das questões que pretendia colocar, reiterando o aval positivo da IL relativamente à solidez das contas, comentando que isso já ficou evidente e se mantém. -----

Salientou, contudo, que subsistem dúvidas quanto à capacidade de execução dos projetos anunciados, nomeadamente o Túnel da Cruz, o Tribunal de Santa Maria da Feira e a Escola Fernando Pessoa, reconhecendo que esta última já se encontra em andamento, enquanto os restantes permanecem em fase de projeto. Acrescentou que será necessário verificar, em termos de execução, quando e de que forma esses investimentos se consomem na realidade. -----

Reconheceu igualmente que os feirenses legitimaram o atual executivo pelo trabalho desenvolvido no passado, reconfirmado pelos resultados eleitorais, comentando que isso pode dar a entender que está tudo resolvido, mas não é essa a perspetiva da Iniciativa Liberal. -----

Referiu também que o Sr. Presidente da Câmara salientou a escolha de Santa Maria da Feira pela Lufthansa para a realização de investimento, considerando, sobre isso, que o investimento não deve limitar-se ao setor industrial, alertando, neste âmbito, para os atuais problemas de habitação existentes em Santa Maria da Feira. -----

Destacou ainda a questão da mobilidade, afirmando que, se já existem dificuldades pontuais, estas tenderão a agravar-se com o aumento da população, salientando que a execução do Túnel da Cruz obrigará à definição de alternativas para a circulação em Santa Maria da Feira, admitindo tratar-se de um “bom problema”, por decorrer do desenvolvimento do concelho. -----

Manifestou igualmente preocupação relativamente aos tempos de licenciamento e à demora processual associada. -----

Referiu ainda que têm sido desenvolvidas intervenções orientadas para um modelo de município mais Verde, considerando esse caminho positivo. Relativamente às verbas atribuídas às juntas de freguesia, afirmou manter-



se a discussão sobre a necessidade do seu reforço, sublinhando que o Sr. Presidente da Câmara manifestou intenção de proceder a esse reforço, embora sem quantificar ainda os valores, esperando que o faça em breve. -- Concluiu afirmando que votaria favoravelmente, justificando essa posição com os investimentos anunciados e com a poupança existente para os concretizar, o que deseja seja realizado nos próximos anos.-----

-----  
Interveio o membro **Ricardo Pinto** (CH) que disse ter algumas questões a colocar, começando por referir que se verifica um aumento significativo da receita municipal nos últimos anos, acompanhado por um crescimento igualmente elevado da despesa, questionando qual o benefício concreto desse aumento para os cidadãos e que medidas estão a ser adotadas para controlar as despesas estruturais. -----

Relativamente à despesa com o pessoal, salientou o crescimento muito expressivo dessa rubrica, considerando importante esclarecer se esse aumento se traduz numa melhoria efetiva dos serviços prestados à população ou se corresponde apenas a um aumento estrutural da componente administrativa. -----

Quanto ao endividamento, reconheceu a redução da dívida municipal e o bom trabalho desenvolvido nesse âmbito. No entanto, considerou importante perceber se essa redução foi alcançada à custa da diminuição do investimento municipal e se existe margem para reforçar o investimento sem comprometer o equilíbrio financeiro. -----

Destacou ainda as declarações anteriormente proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente ao investimento da Lufthansa, recordando que, há alguns meses, tinha referido que o processo ainda se encontrava em estudo. Referiu agora verificar satisfação por parte do Executivo relativamente à concretização desse investimento, considerando positiva a instalação de grandes empresas no Concelho e defendendo que essas oportunidades devem ser aproveitadas. Sublinhou, contudo, que não devem ser esquecidas

---



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

as pequenas e médias empresas, as quais também necessitam de apoio, entendendo que o Município deve olhar não apenas para as grandes empresas, mas igualmente para um tecido empresarial de pequena e média dimensão. -----

-----  
Usou da palavra o membro **Daniel Gomes** (PS), que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Este documento quanto a nós, parece que tem um problema que nós nunca chegamos a referir verdadeiramente nos últimos anos, que é o seguinte: o Município não pode ser uma espécie de compartimento estanque, uma espécie de um silo onde a informação se resume apenas àquilo que fez, porque em última instância o trabalho de um município será bom ou mau se isso se refletir em bons ou maus resultados na nossa comunidade. -----

E, portanto, há aqui um contexto económico e social que deveria existir na parte inicial do documento, por exemplo, sobre a evolução dos salários, sobre quantos médicos temos, quantos enfermeiros temos, como é que está a evoluir as metas de reciclagem. Assuntos como estes deveriam estar contextualizados no documento para percebermos qual é que é a evolução que está a ocorrer no território. -----

Relativamente às contas, nós, depois do susto que tivemos em 2024, voltamos a ter uma situação que é mais agradável, é estruturalmente mais equilibrada. Eu não sei se recordam, mas em 2024 nós tivemos um saldo global de execução de 3 milhões de euros negativos, algo que já não acontecia para aí há 20 anos. -----

E agora em 2025 recuperamos para 15 milhões positivos, portanto uma evolução de 18 milhões de euros positivos, que a bem dizer terá uma explicação assente em alguns aspetos pontuais, mas já lá vamos a esses aspetos pontuais. -----

Comecemos então pelas receitas correntes. Elas aumentaram em 21 milhões de euros, e para esse aumento nós conseguimos indicar que, a bem dizer,

---

R.  
A.  
Ana Cunha



ele estará explicado nas transferências e subsídios correntes, que aumentaram 12 milhões de euros. E aqui a explicação também tem um caráter, digamos assim, pontual, porque estará muito associado ao último bolo de delegação de competências que existiu, porque penso que não haverá mais no futuro. Está associada a uma regularização do fundo de equilíbrio financeiro, que também era algo que tinha que ser regularizado e ocorreu durante o período de 2025. E, portanto, isto ajuda a explicar a evolução de 12 milhões de euros a mais.-----

Por outro lado, na receita fiscal, tivemos também um crescimento de 8 milhões de euros. E aqui, tal como nós referimos na discussão do orçamento, a explicação reside no IMI, porque tivemos a tal atualização do valor patrimonial tributário e mais casas a entrar em pagamento, mas acima de tudo no tal de IMT, que nós também referimos na assembleia passada, que aumentou 7 milhões de euros, passando quase para o dobro, para 15 milhões de euros. Aliás, a este pretexto é até importante referir, isto saiu nas notícias a nível nacional, este fenómeno em torno do IMT foi caracterizado como o dividendo imobiliário. E a título de curiosidade, entre 2009 e 2024, nestes últimos 15 anos, as receitas das autarquias portuguesas com este imposto em específico aumentaram 1000 milhões de euros. Portanto, 200 milhões de contos, uma verdadeira loucura. E nós fomos beneficiados, tal como muitas outras câmaras municipais. Estando a explicação para este facto, basicamente, a residir no facto dos escalões de tributação não terem sido atualizados.-----

O documento na página 40 apresenta um conjunto de explicações para esta evolução, e elas são todas ajuizadas, exceto uma.-----

Já agora, como isto é um documento que acaba depois por ter uma referência histórica, isto fica arquivado, que é a evolução da derrama. Porque a derrama municipal foi a única receita própria que caiu. E a dada altura é dito o seguinte: uma vez que o governo do Luís Montenegro reduziu a taxa normal de IRC de 21 para 20% e nas PMEs reduziu de 17 para 16%, nós



*R.*  
*João Cunha*

tivemos uma perda de derrama municipal. -----

Ora, isso é factualmente errado. Isso não corresponde à verdade, é um lapso, porque o mecanismo de transmissão não é esse. Aquilo que realmente explica a situação é algo que, lá está, devia estar nos tais indicadores iniciais. As empresas do nosso território, muitas delas exportadoras, sobretudo o setor corticeiro, está a enfrentar sérios desafios para conseguir vender para mercados onde tinha uma grande cota de mercado, os Estados Unidos, por causa das tarifas, e a venda para a Federação Russa, que, aliás, está a ser feita a triangulação por via do Cazaquistão. -----

O que é que acontece? Isto come margem, come margem de negócio e, portanto, as empresas estão a perder rentabilidade, e é isto que efetivamente explica a redução das receitas do nosso município em termos de derrama municipal. -----

Na parte das receitas de capital também tivemos um pulo substancial, mais praticamente 6 milhões de euros. Aqui também me parece que existe um aspeto pontual e extraordinário decorrente do facto de termos uma execução mais acelerada dos processos de tomada de decisão associados a fundos comunitários. E, basicamente, o aumento das receitas de capital é praticamente, todo ele, também explicado por isso. -----

Relativamente às despesas correntes, conforme o colega do Chega disse, elas aumentaram, mas elas estão relativamente contidas dentro do contexto daquilo que é o aumento das receitas correntes. Elas aumentam 8 milhões de euros e basicamente este aumento está explicado pelos aumentos do custo com pessoal, um quarto deste aumento, normal, decorrente das atualizações salariais e, acima de tudo, pela aquisição de bens e serviços. --

E aqui é importante voltar a dizer que o acesso ao aterro sanitário de Canedo continua a ser um problema, porque para além do aumento de 4 milhões de euros, que já tínhamos tido nos últimos 4 anos, ele face ao ano anterior aumentou mais 1 milhão de euros, o que reforça a necessidade de termos políticas específicas que reduzam a quantidade de detritos que mandamos

---

R.  
fe  
Ana Cunha



para aterro. -----  
Em relação às despesas de capital, a execução foi de 23 milhões de euros, a bem dizer, 20 milhões feitas pelo Município, 3 milhões feitas pelas juntas de freguesia. Eu não me vou ater aqui ao que foi ou não foi feito. Isso era uma discussão muito longa e não temos tempo suficiente para isso. -----  
No entanto, eu acho que é importante fazer uma reflexão, que é, nós tivemos um saldo de gerência, de 2025, de 70 milhões de euros. O nosso saldo global, conforme foi dito, foi de 15 milhões de euros. Vamos supor, por exemplo, que este saldo global, em vez de ser 15 milhões de euros, passará a ser de 10 milhões de euros, pelo facto destes aspetos extraordinários se irem evaporando e as despesas irem comendo um pouco deste saldo. Seria de 10 milhões de euros. Era perfeitamente possível chegar a 2029, pagar o túnel da Cruz, os tais 20 milhões de euros, executar 23 milhões de euros em cada um destes anos e ainda assim chegaríamos a 2029 com 90 milhões de euros de saldo de gerência. Portanto, a resposta ao colega do Chega é, sim, há capacidade de investimento. Essa capacidade de investimento é bastante substancial. É ainda importante dizer adicionalmente que nós temos a nossa dívida bancária que deve andar na casa dos 500.000 €. Quatro empréstimos à Caixa Geral de Depósitos, dois neste ano, dois no próximo. -----  
Muito provavelmente, nós vamos conseguir liquidar todo este endividamento bancário, sendo provavelmente o único município de grande dimensão em Portugal que não tem dívida bancária. Portanto, eu creio que está bastante explícito, demonstrada à saciedade, que a nossa política de investimentos vai ter que ser alterada, porque uma vez que, conforme o Sr. Presidente sabe, a capacidade de execução, ela é muito emperrada por questões legais e administrativas, mas também está a ter sérios problemas pelo facto de não haver capacidade de resposta no mercado. -----  
Portanto, nós temos que arranjar uma maneira de executar mais rapidamente e, na minha perspetiva, essa maneira tem que passar por IPSS e famílias. Nós temos que tornar a nossa política de investimentos mais



R.  
Ina Curba

alargada. Em vez de nos focarmos exclusivamente nos bens do domínio público, que são certamente importantes, são úteis, são necessários, estes tais 23 milhões de euros devem continuar a acontecer, mas é preciso fazer chegar de forma direta a IPSS e famílias mais recursos para que elas próprias executem intervenções que sejam consideradas de interesse municipal.-----  
E repare-se no seguinte, as IPSS receberam cerca de 5 milhões de euros, 4,4 milhões de despesas correntes e apenas 500.000 € de receitas de capital. Note, Sr. Presidente, eu não sei se recorda durante a discussão sobre o orçamento, quando o senhor disse que ia reforçar, que passava de 20 para 50% a parte das obras com creches e lares que não eram comparticipadas, o Município assumia essa parte até 50%. Nós olhamos para 2025 e vemos que elas receberam apenas 500.000 €. Ora, se este ano a verba não for muito superior, creio que está bastante evidente que a proporção, em vez de ser de 50%, tem que ser superior, 75 ou 80%. Caso contrário, confirma-se aquilo que eu disse, o senhor está a dar 50% de nada, e isso é muito pouco. -----  
As famílias receberam 1,8 milhões, 1,5 milhões do incentivo à natalidade, 300.000 € de apoio à ação social escolar. Mesmo que juntássemos a tarifa social da água, no valor de 1 milhão de euros, isto significava que tínhamos apenas 7 milhões de euros, ou seja, apenas 7% da execução da despesa do Município associada diretamente a estas instituições. Ora, parece-me manifestamente pouco e acho que uma forma que nós tínhamos de fazer chegar mais diretamente e mais rapidamente dinheiro à nossa economia local, era por esta via. -----  
Já agora, porque isso é referido de forma muito ao de leve no departamento do Urbanismo, nós temos na Quinta de Santo António e na zona de Santo André, creio eu que isso foi alterado em PDM e será aprovado posteriormente, uma zona de expansão da cidade, e que os índices de volumetria aumentaram nessa zona. A questão é, os terrenos têm dono, os terrenos são de privados e, portanto, o que é que está a ser feito por parte do Município no sentido de não perder esta oportunidade? São reuniões

R.  
João Cunha



bilaterais? O que é que está a ser feito para que, de facto, a obra possa aparecer no território? A Quinta de Santo António é ali junto à escola Fernando Pessoa, e o que eu estou a referir em relação a Santo André é aquela zona de mato que está perto do Mercadona. Esses terrenos têm dono, mas existe aí a possibilidade de fazer, de facto, grandes volumes de construção e, enfim, o que é que está a ser feito por parte do Município, se está a interagir, ou não, com os proprietários nesse sentido.”-----

-----  
Usou da palavra o membro **João Cunha** (PSD), que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“O ano 2025 não foi apenas um ano de balanço, foi sobretudo um momento de validação democrática clara de um projeto político, de um modelo de governação e de uma forma de estar na gestão pública.-----

Importa dizê-lo com clareza, os feirenses não escolheram promessas, escolheram confiança. Não escolheram discursos, escolheram resultados. Mas enquanto líderes políticos responsáveis, não nos podemos limitar a repetir o que já foi dito. Cabe-nos ir mais longe, cabe-nos interpretar este mandato e projetá-lo no futuro. Aquilo que este relatório demonstra não é apenas obra feita, é algo mais exigente, é consistência estratégica ao longo do tempo. -----

Num contexto nacional e internacional de incerteza, Santa Maria da Feira conseguiu afirmar-se como um território estável, credível e competitivo. E isso não acontece por acaso. Acontece porque houve uma opção clara, governar com rigor, com visão e com sentido de responsabilidade intergeracional. -----

Hoje temos um concelho com contas equilibradas, com investimento em execução e preparado, e com capacidade real de resposta às pessoas. E com um indicador particularmente relevante, também, que são os prazos médios de pagamento a 6 dias, que reforçam a confiança no município e apoiam diretamente o tecido económico local. Isto tem um significado político

---



R.  
Fu  
ha Cunha

profundo, prova que é possível crescer sem comprometer o futuro. -----  
Senhoras e senhores deputados, se há algo que distingue este ciclo político, é a capacidade de fazer ao mesmo tempo três coisas que raramente coexistem: investir, apoiar e equilibrar. Investir em áreas estruturantes como educação, saúde, mobilidade, apoiar as famílias, as instituições e as freguesias com reforço efetivo de meios e equilibrar as contas públicas, garantindo sustentabilidade. Este é o verdadeiro ADN de uma governação social-democrata, crescimento com responsabilidade e desenvolvimento com coesão. -----

Mas, permitam-me sublinhar um ponto essencial, e aqui está a diferença desta minha intervenção. O maior ativo deste mandato não está apenas nas obras visíveis, está naquilo que foi preparado e que ainda não se vê. Os mais de 50 milhões de euros de investimento planeado representam uma coisa fundamental: capacidade de antecipação. Num tempo em que muitos se limitam a gerir o imediato, Santa Maria da Feira escolheu preparar o futuro. Exige liderança, competência técnica e visão política. É isso que explica, por exemplo, o avanço no Plano Diretor Municipal, que foi aqui referido pelo Sr. Presidente, a resolução de dossiês estruturais importantes como o Palácio da Justiça, o Centro Escolar da Feira ou o Túnel da Cruz, ou a aposta consistente na atração de investimento e emprego qualificado. -----

Senhoras e senhores membros desta Assembleia, há também uma dimensão que importa valorizar e que muitas vezes é esquecida no debate político, que é a proximidade. O reforço das transferências para as juntas de freguesia não é apenas um número, é uma escolha política clara. Confiar no poder local de proximidade é reconhecer que a resposta aos problemas concretos das pessoas faz-se muitas vezes a uma escala mais próxima. Isso é também uma marca distintiva deste Executivo. -----

Mas, ao grupo municipal do PSD importa também afirmar com clareza o seguinte: este novo ciclo cria condições para elevar ainda mais a nossa ambição coletiva. Temos hoje uma base sólida que nos permite dar um salto

R.  
Feira  
Ana Cunha



qualitativo em áreas estratégicas para o futuro do Concelho. A qualificação do território e um ordenamento cada vez mais inteligente, a atração de talento e a fixação de jovens, o reforço da coesão entre as várias freguesias. O caminho feito dá-nos total legitimidade, mas a missão futura é que nos dará relevância. A confiança dos feirenses, não é um ponto de chegada, é uma responsabilidade acrescida. E aquilo que este relatório nos diz, no essencial, é isto: Santa Maria da Feira não está apenas a crescer, está a liderar. E é essa liderança que temos de continuar a construir com rigor, com visão e, sobretudo, com compromisso com as pessoas.”-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, começando por agradecer as intervenções efetuadas, em que cada um fez a sua análise política e técnica ao Relatório e Contas da Câmara Municipal. Mais do que perguntas concretas, considerou terem sido feitas declarações políticas legítimas, correspondentes à avaliação que cada grupo municipal faz do trabalho desenvolvido ao longo de 2025.-----

Agradeceu à Iniciativa Liberal a intervenção e o reconhecimento da solidez das contas municipais, bem como as preocupações manifestadas quanto à capacidade de execução e ao facto de nem tudo estar resolvido. Referiu concordar plenamente com essa perspetiva, salientando que é precisamente por haver ainda muito por fazer que o Município está a lançar aquele que considera ser um dos maiores investimentos em infraestruturas no concelho, depois do saneamento e da água, num montante que rondará, a breve prazo, os 120 milhões de euros. Considerou que este investimento demonstra que muitos passos necessários não foram dados durante vários anos e que estão agora a ser concretizados.-----

Acrescentou que há ainda muito trabalho a realizar em Santa Maria da Feira, defendendo que está em curso uma verdadeira revolução ao nível das infraestruturas urbanas no Concelho, que chegará a todas as freguesias.---

Referiu que esta dinâmica traz problemas de mobilidade, próprios de

---



*R.*  
*F. J. C.*  
*João Curinho*

territórios atrativos e polarizadores, indicando que o Concelho possui um hospital de referência para uma região com cerca de 330 mil habitantes e que continua a crescer, estando o Estado, quer através do anterior Governo quer do atual, a investir no Hospital de Santa Maria da Feira. Acrescentou que as obras estão em curso e que a esperança passa por ter cada vez mais valências naquele hospital. -----

Salientou ainda que o Concelho possui um dos maiores tribunais do país e grandes escolas no centro da cidade, fatores que também contribuem para os problemas de mobilidade. -----

Quanto à habitação, afirmou tratar-se de um problema europeu, nacional e também local. Referiu existirem diferentes formas de enfrentar esta questão, defendendo que não se deve apostar exclusivamente no investimento público, por não corresponder ao ADN feirense. Considerou que o mercado deve ter um papel relevante na resolução do problema e destacou o aumento significativo da procura de investidores para construção de habitação no Concelho, na ordem dos 24%, o que gera forte pressão sobre o pelouro do urbanismo. -----

Referiu que a Câmara está empenhada em acelerar os tempos de resposta, apesar do elevado volume de processos, considerando tratar-se de um bom problema, mas que necessita de resolução para evitar desistências. Acrescentou que o Governo e a Assembleia da República introduziram alterações profundas ao sistema de licenciamento urbanístico, passando-se de um modelo de fiscalização prévia para um sistema de comunicação prévia e fiscalização sucessiva, o que terá impacto significativo nos prazos e na tramitação dos processos municipais. -----

Relativamente à questão de as verbas não estarem quantificadas, esclareceu que tal acontece porque tais valores dependerão do custo concreto das obras a realizar por cada junta de freguesia. Explicou que, pela primeira vez, a Câmara Municipal poderá transferir para as juntas as verbas necessárias para a execução integral de determinadas obras públicas, incluindo projeto

R.  
f.  
Andreu



e fiscalização, ficando as juntas como dono de obra. Sublinhou que esta solução será aplicada gradualmente, que não se vai começar por entregar a construção de USF ou de escolas, mas que entende que as juntas começam a ter capacidade para assumir competências em obras tais como as de requalificação de estradas. -----

Relativamente à intervenção do Partido Chega, referiu que o senhor deputado Daniel Gomes respondeu, em grande medida, às preocupações manifestadas. -----

Sobre as despesas estruturais, explicou que o aumento da despesa municipal resulta essencialmente das medidas de descentralização de competências. Indicou que se fala muito da Educação e da Saúde, mas que existem 27 áreas descentralizadas para os municípios, embora algumas não se apliquem ao concelho de Santa Maria da Feira, como a área dos portos, praias, aeroportos e outras. Salientou que esta transferência de competências aumenta de imediato a despesa municipal e, a médio prazo, aumenta ainda mais a pressão sobre os serviços, devido à proximidade entre os cidadãos e os responsáveis autárquicos.-----

Referiu que anteriormente as necessidades das escolas dependiam de contactos com o Ministério da Educação, enquanto, atualmente a responsabilidade recai diretamente sobre os autarcas locais, comentando que essa proximidade leva inevitavelmente à necessidade de contratação de mais pessoas, daí resultando o aumento das despesas com pessoal. -----

Ainda assim, considerou que a Câmara Municipal mantém controlo sobre a situação, referindo que o rácio de funcionários é relativamente baixo quando comparado com municípios de dimensão semelhante, dando nota que cerca de 50% dos aproximadamente 1.370 funcionários municipais estão afetos às escolas, demonstrando o peso da área da educação na administração pública local. Realçou que, há 10 anos, cerca de 44% dos funcionários públicos portugueses estavam adstritos às escolas, sendo esse o peso do Ministério da Educação, comentando que logo a seguir vinha a área da



*R.*  
*fe*  
*Ina Cunha*

Saúde.-----

Relativamente à capacidade de endividamento afirmou que o Município não diminuiu o investimento devido a essa questão, mas que poderá recorrer a essa capacidade no futuro, caso seja necessário financiar obras de maior dimensão com maior rapidez. Defendeu que o importante é que o Município tenha a capacidade de usar esse instrumento, que é também um instrumento de multiplicação de capacidade do território.-----

Quanto às pequenas e médias empresas, rejeitou a ideia de que possam ser esquecidas, salientando que representam 99% do tecido empresarial das mais de 18 mil empresas do Concelho. Reconheceu que o PDM está previsto para grandes empresas, mas referiu que também prevê lotes destinados a empresas de menor dimensão, dando nota que a maioria dos contactos e acompanhamentos realizados pelo Município continua a incidir sobre empresários locais e nacionais. Referiu, contudo, que empresas de grande dimensão, como a Lufthansa, têm um efeito multiplicador na economia local, gerando emprego e atividade para empresas mais pequenas.-----

Sobre o documento apresentado e referindo-se ao proferido pelo membro Daniel Gomes, admitiu que poderia ser feito um enquadramento semelhante ao do Orçamento de Estado, mas considerou que a perceção da população demonstra que os investimentos chegaram efetivamente ao território, refletindo-se nas escolhas eleitorais. Entendeu que, apesar das diferentes opiniões, e do fator partidário e da fulanização política que haverá, em pequena medida, houve uma perceção generalizada de que o trabalho desenvolvido foi globalmente positivo.-----

Relativamente à referência ao “susto” das contas municipais, afirmou que não se tratou apenas disso, mas também de uma tentativa de associar ao novo presidente e à sua equipa a ideia de que estavam a descontrolar completamente as contas. Disse perceber que se queira criar essa perceção do ponto de vista político, mas que, do ponto de vista técnico, a situação está explicada, comentando que foi agradável para a Câmara ouvir a intervenção

---

R.  
fu  
Inês Cunha



efetuada pelo membro Daniel Gomes, pois este fez a sua análise, mas não manifestou discordância com as contas. -----

Sobre a evolução das receitas fiscais de IMI e IMT, reconheceu o crescimento registado, mas salientou a necessidade de prudência, lembrando que estas receitas podem ser conjunturais, momentâneas, sujeitas a oscilações, como já aconteceu, há 7 ou 8 anos, quando houve reduções brutais do IMT. -----

Quanto à derrama, afirmou que o Executivo não foi eleito com uma política de redução fiscal, mas antes com uma política de estabilidade. Defendeu ainda a necessidade de uma nova Lei das Finanças Locais e de uma maior participação dos municípios nas receitas fiscais do Estado, salientando que Santa Maria da Feira tem legitimidade para defender e debater essa posição com o Ministro das Finanças, pois não quer 10% do IRS, como muitos municípios querem, para depois redistribuir esses 10%. -----

Relativamente ao problema dos resíduos, reconheceu a necessidade de maior controlo, mas considerou tratar-se de um problema nacional que exige solução nacional, porque há municípios que já não suportam este nível de despesa. Referiu que a Câmara está atualmente a suportar cerca de 3 milhões de euros que poderiam ser repercutidos diretamente nos consumidores, assumindo esse encargo em benefício dos munícipes, comentando que esta é uma forma de fazer a tal redistribuição pela população. -----

Sobre a discussão em torno do que foi ou não feito, afirmou que o seu foco diário está precisamente no que ainda falta concretizar, por entender que essa é a função do executivo municipal. -----

Relativamente à execução e aos saldos de gerência, referiu que o Executivo já foi alvo de críticas por isso, mas que, a partir do momento em que alguns municípios começaram a elogiar o saldo de gerência, este passou a ser visto como algo positivo e deixou de ser um problema debatido em Santa Maria da Feira. -----

No que respeita às IPSS, concordou com a necessidade de acelerar a



*R*  
*João Cunha*

capacidade de execução, referindo que por isso é que foi tomada a decisão de aumentar os apoios de 20% para 50%. Indicou ainda que, recentemente, foram aprovados em reunião de Câmara, por unanimidade, apoios significativos a três IPSS, incluindo um apoio de meio milhão de euros, permitindo ultrapassar dificuldades existentes e criar mais 103 vagas em creches e um conjunto significativo de lugares em estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), salientando que esta medida está a acelerar a construção de creches e lares, bem como a reforçar outras valências sociais. Acrescentou que também está a ser promovida maior rapidez na execução através das juntas de freguesia, com a medida anteriormente anunciada. -- Referiu ainda que o apoio às famílias não se resume aos valores diretamente atribuídos, salientando que os investimentos no desporto, nas associações culturais e na educação não formal representam igualmente formas de redistribuição e apoio às famílias e aos jovens do Concelho. ----- Sublinhou, contudo, que existem diferentes conceções de redistribuição, defendendo que esta não deve criar dependência do Estado, acrescentando que o espírito empreendedor do Concelho assenta na iniciativa privada e na reduzida dependência da Câmara Municipal e do Estado, fatores que identificou como determinantes para a grande riqueza do Concelho. ----- Relativamente à intervenção do Partido Social Democrata, afirmou concordar naturalmente com a avaliação e análise efetuadas, até por se tratar do partido que suporta o Executivo municipal, ressaltando que o atual trabalho resulta de uma estratégia desenhada e planeada em conjunto, visando concretizar o que ainda falta fazer, que é sempre muito.----- Concluiu afirmando que, mesmo após a concretização dos investimentos em curso, continuará sempre a existir mais por fazer, desde que o Município mantenha o seu dinamismo, considerando que o verdadeiro problema surgiria se deixasse de haver necessidade de novos projetos e investimentos, pois isso significaria que o dinamismo do Município parou, situação que não acontecerá. -----

R.  
fu  
Inacurba



Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 38, PS: 5 – Rui Rios, David Neves, Fernando Sousa, António Cardoso e Francisco Andrade, IL, IND), 10 votos contra (PS) e 4 abstenções (CH), aprovar os documentos de prestação de contas do Município relativos ao exercício de 2025, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

*Sairam os membros José Castro, Ricardo Pinto e Rui Rios.* -----

**5 – Documentos de Prestação de Contas da Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, EM – 2025**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, e, dado o Sr. Presidente da Câmara não participar na discussão deste ponto (por ser o Presidente do Conselho de Administração da referida empresa municipal), cometeu o tema ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e Vereador do Pelouro do Ambiente, Desporto e Espaços Verdes, **Mário Jorge Reis**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que começou por referir que deixaria para os seus colegas a análise das contas da Feira Viva, considerando que alguém abordaria certamente as receitas e despesas, nomeadamente o impacto dos grandes eventos nas contas.-----

Reconheceu o papel importante da Feira Viva na gestão dos edifícios ligados à prática desportiva, destacando, neste âmbito, o pavilhão da Lavandeira, salientando querer deixar duas notas a respeito deste equipamento. Disse que, a primeira, é o facto de este ser o único pavilhão do município habilitado à prática de hóquei em patins, encontrando-se atualmente a sua gestão afeta, na maior parte do tempo, a duas atividades, que não o hóquei em



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

patins, considerando que esta situação deveria ser revista. Referiu que a segunda nota prende-se com os dois campos de ténis situados junto ao edifício, os quais se encontram ao abandono e sem possibilidade de utilização, situação que considerou não fazer sentido. -----

Relativamente à Feira Viva e aos grandes eventos, salientou que o impacto económico destes eventos em Santa Maria da Feira é enorme, considerando que ninguém poderá afirmar o contrário ou questionar a pertinência da sua realização. Referiu, contudo, que, tratando-se de investimento com dinheiros públicos, importa acautelar o superior interesse público, entendendo que esse objetivo está assegurado. -----

Nesse sentido, afirmou não ficar particularmente preocupado com as contas que possam ser apresentadas, nomeadamente no caso do Perlim, uma vez que o evento se realiza em dezembro e nem sempre é possível que a receita acompanhe as expectativas, em consequência das condições meteorológicas. Quanto à Viagem Medieval, considerou necessário repensar alguns aspetos, nomeadamente a possibilidade de subida do preço dos bilhetes, entendendo que esse não será o caminho mais adequado. Em contraponto, referiu o caso do Imaginarius, mais diretamente afeto à Câmara Municipal, considerando tratar-se de um verdadeiro serviço público e investimento público, em que a receita é diminuta e não se espera retorno financeiro, mas sim um contributo cultural que considera fazer sentido. Acrescentou ainda que, no passado, quando o atual Presidente da Câmara exercia funções de vereador, o valor investido era significativamente superior. -----

Concluiu afirmando que, esta gestão e este cuidado, devem centrar-se na preservação da autenticidade dos eventos do Município, e, em particular sobre a Viagem Medieval, manifestou dúvidas quanto ao caminho a seguir, se passará pelo aumento da despesa e da grandiosidade do evento, em detrimento daquilo que considera ser a sua autenticidade. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS) que leu o documento

R.  
F.  
André Cunha



que disponibilizou e cujo teor se transcreve: -----

“Este ponto prende-se com a análise da Prestação de Contas da Empresa Municipal Feira Viva, Cultura e Desporto de 2025. Contudo, existem subpontos, nomeadamente a Viagem Medieval e o Perlím que, pelos seus resultados (esperemos) excepcionais e elevada mediatização, importam uma especial análise e nos levantam algumas questões. -----

Em primeiro lugar, queremos, naturalmente, destacar o resultado líquido positivo de mais de 44 mil euros e o consequente crescimento de 5%. Resultados estes que, contudo, nos preocupam por dependerem em larga percentagem da Viagem Medieval e do Perlím, cujo resultado, como foi noticiado e teremos oportunidade de analisar, nos preocupa, uma vez que em 7 milhões de euros do volume de negócios, mais de 2 milhões provêm de receitas da Viagem Medieval e quase 1 milhão do Perlím. -----

Mas vamos por partes. -----

No que ao capital humano concerne, em 2025, registaram-se 8 saídas e 7 admissões, pese embora apenas 3 delas com correspondência entre si. Ainda sobre esta questão, não podemos deixar de referir que, em 2025, apesar do aumento do volume de negócios em 337 mil euros e 317 euros, houve uma redução do número de colaboradores e uma redução dos gastos com pessoal mais acentuada do que a redução do número de colaboradores justifica. --- Ainda sobre esta questão, gostava que esclarecessem, por favor, como é que tendo existido 8 saídas e 7 admissões, o número de colaboradores reduziu de 120 para 117? -----

No que às Piscinas e Ginásios HMC, Zoo de Lourosa e eventos do Europarque respeita, o resultado geral parece-nos bastante positivo. -----

Relativamente à Feira Viva Natação adaptada, não podemos deixar de saudar os nossos atletas pelo seu trabalho e dedicação, bem como pelos títulos alcançados. São, sem dúvida, motivo de orgulho do nosso Concelho. No entanto, gostaríamos que fosse esclarecido o resultado negativo da piscina de S. João de Ver. -----



*R.*  
*fi*  
*Inalunha*

No concernente ao controlo interno e gestão de riscos, questiono se os colaboradores tiveram formação no âmbito do regime geral da prevenção da corrupção e da lei de combate ao branqueamento de capitais, incluindo o regime geral de proteção de denunciadores de infrações.-----

Analisando, agora, mais aprofundadamente os eventos Viagem Medieval e Perlím, não podemos deixar de dizer, mais uma vez, que vemos com preocupação o facto destes eventos terem dado prejuízo, especialmente quando num relatório com mais de 120 páginas, nenhum motivo é aponte para justificar. -----

Ou melhor, no caso do Perlím, os mais de 100 mil euros de prejuízo, são justificados com as condições climatéricas adversas, o que fez com que ficássemos aquém na venda de bilhetes para o evento (uma diferença negativa de, aproximadamente, 1000 bilhetes, o que, diga-se, por si só, também não justifica um prejuízo desta dimensão). -----

Mas, no caso da Viagem Medieval, o que aconteceu? O que justificou um prejuízo de mais de 160 mil euros? Sendo certo que, também neste caso, ficamos aquém na venda de bilhetes, numa diferença negativa de, aproximadamente, 11 mil ingressos, o que, também por si, não justifica este prejuízo. Ainda assim, porque falhamos neste cálculo? Que variáveis foram consideradas? -----

Este prejuízo é, deveras, preocupante, especialmente quando falamos num evento desta magnitude e que, ao longo dos anos, nos habituamos a confiar na sua sustentabilidade. -----

Até porque, não posso deixar de referir, a contratação de serviços externos pela Feira Viva representa 58% dos custos, dos quais 39% correspondem à Viagem Medieval e 21% ao Perlím. Ou seja, os custos com estes eventos representam 34,8% dos custos totais. -----

Prejuízos nestes eventos são, portanto, a fórmula perfeita para fazer desmoronar até a sustentabilidade da EM Feira Viva. -----

Por isso, questiono, mais uma vez, o que aconteceu? O que estamos a fazer

R.  
fei  
Inclusão



para prevenir a repetição destes avultados prejuízos? -----  
Estes eventos, como o Sr. Vice-Presidente referiu, são de extrema  
importância para o concelho, com especial foco no comércio local, por isso,  
não falamos só de garantir a sustentabilidade do evento (que foi sempre  
motivo de orgulho da empresa municipal e do município), mas as legítimas  
expectativas dos feirenses.” -----

-----  
Interveio o deputado municipal **Paulo Pinto** (PSD) que leu o documento que  
disponibilizou e cujo teor se transcreve:-----

“A Empresa Municipal Feira Viva apresentou resultados globalmente  
positivos.-----

Em 2025, a empresa apresentou: -----

- Mais de 7 milhões de euros de volume de negócios -----
- Um crescimento de 5% -----
- Um resultado líquido positivo de 75 mil euros antes de impostos, 44 mil  
depois de impostos. -----
- Ausência de dívida bancária-----
- E pagamento aos fornecedores em menos de 30 dias. -----

Para uma empresa cujo objeto principal não é a geração de lucro, mas sim  
a aplicação de políticas públicas do município, a inclusão, a igualdade de  
oportunidades e a criação de caminhos de crescimento para os agentes  
culturais a sua gestão está a ser feita de forma responsável e equilibrada.  
Sem endividamento bancário, com liquidez elevada.-----

E porque o Feira Viva não são só os eventos âncora, vamos olhar para a  
empresa como um todo:-----

O Europarque manteve uma forte atividade com 297 eventos e 174.500  
visitantes, o Europarque Running teve 48 edições em 2025 e mais de 10.000  
participações, as piscinas municipais com 8.880 sócios ativos e mais de 383  
mil utilizações registadas. O Zoo de Lourosa apresentou o melhor  
desempenho da sua história com um volume de negócios de quase 200.000



R.  
Ana Cunha

€, e a Natação Adaptada, com notoriedade nacional com a vitória no campeonato nacional masculino e o terceiro lugar nacional feminino. -----

A Empresa Municipal Feira Viva não é uma empresa de eventos. É uma plataforma multifuncional de serviço público e dinamização económica do concelho de Santa Maria da Feira e que, mesmo prestando o mais variado conjunto de serviços e organização de eventos culturais e desportivos, muitos deles a preços reduzidos, fecha as suas contas com resultados equilibrados. -----

O investimento, repito, investimento de uma Câmara Municipal na cultura e no desporto devem ser pautados por responsabilidade e sustentabilidade, mas, o seu sucesso não se deve medir apenas em termos financeiros como se mede o resultado operacional de uma qualquer empresa privada. -----

Está e sempre esteve na essência do PSD o equilíbrio e a sustentabilidade as contas públicas. Então, falemos dos eventos-âncora. -----

A Viagem Medieval teve um resultado negativo de 160.000 € e o Perlim de 105.000 €. -----

E sobre isto, temos de fazer uma análise política completa. -----

A Empresa Municipal Feira Viva e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira têm a coragem de investir em dois grandes eventos que são fortemente condicionados por fatores externos, especialmente os climatéricos, mas também fatores de conjuntura económica ou inflacionária. Veja-se que choveu em metade dos dias do Perlim e a Viagem Medieval foi marcada por dias de calor excessivo. Nos 20 dias previstos de abertura do Perlim, a chuva marcou presença em 50% dos dias, quando o máximo que tinha acontecido em edições anteriores tinha sido 25%. A empresa estima um impacto de aproximadamente 200 mil euros decorrentes das condições meteorológicas. E estes fatores não podem ser ignorados quando analisamos os resultados financeiros: -----

1) Registou-se um aumento de preços de custos logísticos inerentes à realização destes eventos, que não podia ser previsto aquando da realização

R.  
fe  
Inês Cunha



do orçamento.-----

2) houve uma decisão consciente de não aumentar preços da Viagem, protegendo famílias e a participação de toda a família nos eventos.-----

3) houve um investimento social direto de mais de 200 mil euros em entradas gratuitas oferecidas aos estudantes, aos bombeiros e a famílias carenciadas.

Perante isto, a conclusão é simples:-----

As decisões políticas que visam esta opção estratégica de reforçar a dimensão social dos eventos, a disponibilização de entradas gratuitas a famílias carenciadas, bombeiros e estudantes do concelho, a promoção do território, o apoio às associações e aos artistas de Santa Maria da Feira e o alavancar do comércio Feirense elevam a Viagem Medieval e o Perlim a um estatuto de baluartes de dimensão social, de desenvolvimento de identidade, de igualdade de oportunidades e de sentimento de pertença ao concelho de Santa Maria da Feira, e não apenas simples eventos para ter 1 euro de lucro. Em 2017, a Câmara Municipal fez um estudo que estimava que a Viagem Medieval pudesse gerar um impacto económico estimado superior a 10 milhões de euros no território. Eu não ficaria surpreendido se, quase 10 anos depois, esse valor tivesse duplicado.-----

Dinamiza comércio, restauração, turismo, emprego.-----

Ainda há dias, um comerciante de Santa Maria da Feira me disse: “Estou à espera da Viagem para equilibrar as minhas contas.”-----

O que se gasta com a Viagem e o Perlim não é despesa.-----

Isto é investimento social, territorial e na economia municipal.-----

Mesmo com todo o investimento e condições de risco associadas aos eventos âncora, a empresa municipal Feira Viva:-----

- manteve crescimento,-----
- diversificou receitas,-----
- reforçou áreas participação de desportiva e cultural e ambiental.-----

Olhar apenas para o resultado de dois eventos é:-----

- ignorar o contexto,-----



R.  
f.  
Ana Cunha

- ignorar a estratégia,-----
- ignorar o impacto económico no município, -----
- e ignorar a realidade financeira global positiva.-----

O Feira Viva é uma empresa municipal sem dívidas, com liquidez, com impacto social e económico reais e que, aplicando as políticas públicas do município, coloca o nome de Santa Maria da Feira a ser falado a nível nacional e internacional.” -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que começou por responder às questões colocadas pelo deputado da Iniciativa Liberal, Rui Oliveira. Relativamente ao Hóquei em Patins, referiu que esta modalidade ocupa 70% das horas do Pavilhão Fernando Quintino, também conhecido por Pavilhão da Lavandeira, sendo a instituição que mais utiliza aquele pavilhão. Acrescentou que naquele espaço são desenvolvidas várias atividades desportivas, designadamente voleibol, andebol, hóquei em patins, patinagem e trampolins, entre outras modalidades, ressaltando que os clubes que utilizam aquelas instalações beneficiam de um desconto de 90% sobre o valor/hora, existindo, assim, uma discriminação positiva em favor das associações desportivas do concelho. -----

No que respeita ao campo de ténis, referiu tratar-se de uma questão já abordada no final do ano anterior, em dezembro, adiantando que poderá ser equacionada a ampliação do Pavilhão Fernando Quintino. Explicou que, tendo atualmente o Clube Académico da Feira o seu centro desportivo ligado ao ténis de mesa nas instalações nos Passionistas, tal circunstância abre a possibilidade de ampliação das referidas instalações. -----

Relativamente aos eventos, afirmou partilhar da opinião manifestada quanto ao valor da Viagem Medieval, considerando que este evento “não tem preço”, pelo enorme contributo que representa para o Município e para a região. Referiu sentir orgulho quando vai ao Algarve ou a Galiza e, quando afirma ser de Santa Maria da Feira, lhe respondem dizendo que Santa Maria da

---

R.  
fe  
tracurba



Feira é “a terra da Viagem Medieval”, considerando tratar-se de um motivo de orgulho feirense. Acrescentou que, quando se discutem apenas os valores financeiros e se tenta diminuir o resultado do grupo municipal, entende não ser essa uma abordagem correta. -----

Sobre o Imaginarius, disse querer corrigir o deputado Rui Oliveira, esclarecendo que o evento não gera qualquer receita, tendo apenas despesa, sendo o acesso totalmente gratuito. -----

Passando à intervenção do Partido Socialista, da deputada Telma Barbosa, informou que deixaria para o final da sua intervenção as questões relacionadas com a Viagem Medieval e o Perlim. Começou por saudar o reconhecimento do resultado positivo alcançado, um valor aproximado de 44 mil euros, cerca de mais 4 mil euros do que em 2024. -----

Relativamente aos recursos humanos, esclareceu que existe um erro no mapa mencionado, no que respeita aos números apresentados, mas que, consultando o mapa da demonstração de resultados, os valores se encontram corretos. Assim, indicou que os gastos com pessoal ascendem a cerca de 3 milhões e 690 mil euros, em comparação com os 3 milhões e 250 mil euros registados em 2024. -----

Quanto à pergunta sobre quais as propostas para aumentar as receitas, disse considerar curiosa a posição do Partido Socialista porque apresenta propostas que visam reduzir a receita, nomeadamente, a de ser contra o aumento do preço dos bilhetes, mas, ao mesmo tempo, pretende manter a denominada “contabilidade social”, associada às escolas, IPSS e demais instituições, matéria que considera relevante. -----

Reforçou a ideia de que a Viagem Medieval constitui um orgulho coletivo e considerou injusto reduzir o trabalho desenvolvido pela direção e colaboradores da empresa municipal ao facto de, em 2025, a Viagem Medieval e o Perlim terem apresentado prejuízo. Entendeu que essa leitura desvaloriza o esforço de todos os envolvidos, embora reconhecendo a necessidade de se caminhar para o equilíbrio financeiro, sublinhando,



*R.*  
*ma Cunha*

contudo, que não se trata de uma situação de desequilíbrio. -----  
Acrescentou que a realização anual da Viagem Medieval implica responder a expectativas muito elevadas da população, exigindo, todos os anos, um trabalho contínuo de inovação, renovação de eventos e criação de novas formas de atrair visitantes. Referiu que reduzir custos seria fácil, quer ao nível do grupo municipal, quer ao nível das atividades desenvolvidas, apresentando-se, desse modo, resultados positivos com maior facilidade, mas que o objetivo não é perder qualidade nos serviços prestados, nomeadamente nas piscinas municipais. Exemplificou que seria possível reduzir custos através da diminuição da temperatura da água ou da redução de despesas com limpeza e higiene, mas tal implicaria perda de qualidade nos serviços.-----

Do mesmo modo, referiu que também na Viagem Medieval e no Perlim seria possível reduzir despesas, designadamente através da diminuição do número de bancadas ou de eventos, alcançando resultados financeiros mais positivos, independentemente das condições climatéricas que, de facto, são fundamentais para o sucesso dos eventos. Frisou que, contudo, o objetivo é manter tais eventos na vanguarda e garantir que continuem atrativos para os visitantes ao longo dos anos.-----

Afirmou compreender a posição do Partido Socialista e admitiu que, caso estivesse na Oposição, poderia ter uma postura semelhante, embora entendesse que a abordagem deveria ser mais correta e rigorosa, considerando inadequado analisar os resultados negativos destas duas atividades como representativos de toda a atividade da empresa municipal, sobretudo quando esta apresentou um resultado positivo global. -----

Considerou ainda que a discussão em torno destes resultados negativos, amplificada nos últimos dias através de algumas manchetes, procurou reduzir a Viagem Medieval à totalidade da atividade da empresa municipal, ao mesmo tempo que procurava diminuir o impacto positivo das contas municipais aprovadas no ponto anterior. -----

R.  
F.  
Inês Cunha



Relativamente ao resultado negativo da Piscina de São João de Ver, explicou que aquela infraestrutura está afeta ao trabalho diário desenvolvido pela Feira Viva Natação Adaptada e pela secção de natação do Sport Clube São João de Ver. Reiterou que as instituições beneficiam de uma discriminação positiva, através de um desconto de 90% sobre as horas de utilização, como sucede com o Sport Clube São João de Ver. Salientou que, para alcançar os resultados obtidos pelos atletas, motivo de orgulho para o Concelho, é necessário garantir-lhes as melhores condições de treino, pelo que considera acertada a decisão relativa à piscina de São João de Ver, defendendo que o mais importante não é o resultado operacional, mas sim proporcionar boas condições aos atletas, permitindo-lhes alcançar resultados desportivos e contribuir para a felicidade das respetivas famílias. Por fim, relativamente à questão da formação dos colaboradores, confirmou que a mesma foi realizada.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado os documentos em epígrafe, no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. --

*Reentraram os membros Ricardo Pinto e Rui Rios.*-----

**6 - Documentos de Prestação de Contas da Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, SA - 2025**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Maria Fátima Oliveira (PS)** que disse



*R.*  
*Feira*  
*João Cunha*

o que, de seguida, se passa a citar: -----  
“As contas de 2025 da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira evidenciam uma deterioração da situação financeira, apesar do crescimento da atividade. A empresa passou de um resultado líquido positivo em 2024 para um prejuízo de quase 75.000 € em 2025, revelando que o aumento da procura e do volume de negócios não foi acompanhado por uma gestão capaz de assegurar o equilíbrio financeiro. -----  
O principal desvio verifica-se na despesa, com uma execução global acima do orçamentado e um aumento significativo nos gastos com pessoal, muito acima do previsto. -----  
Paralelamente, agrava-se a posição financeira da empresa com redução da tesouraria, diminuição do capital próprio e acumulação de resultados negativos. Ainda que sejam evocados fatores excecionais para justificar parte dos resultados, como a questão da avaria na bomba do furo SJ1, o apagão e as intempéries, importa ter o rigor de quantificar os prejuízos e clarificar de forma transparente, e em números, o impacto destes imprevistos na gestão contabilística, o que não acontece neste relatório. -----  
Acresce ainda a questão da sazonalidade dos recursos humanos, que continua a ser uma realidade estrutural da atividade termal. Este ano, refira-se, como disse o senhor presidente da Câmara, foi integrado nos quadros apenas mais um trabalhador, o que não altera de forma significativa ao modelo de gestão do pessoal que tem sido feito ao longo dos anos. -----  
Uma nota ainda sobre a composição dos órgãos sociais da Sociedade de Turismo. Se o mandato dos membros dos órgãos sociais da Sociedade coincide com o mandato dos órgãos autárquicos do Município, tendo ocorrido eleições autárquicas em outubro de 2025 e tendo o Conselho de Administração sido designado já em dezembro de 2025, parece-nos lógico que a composição dos restantes órgãos sociais deva refletir essa nova realidade. -----  
E nesse sentido e considerando que o critério subjacente à nomeação do



R  
fe  
ma Cunha

presidente da Assembleia Geral é o de ser o representante da junta de freguesia de Caldas de São Jorge, parece-nos coerente proceder à atualização da designação, substituindo o antigo presidente de Junta pelo atual, eleito nas últimas eleições. E faço a pergunta, se isso foi feito ou se ainda vai ser feito. -----

Nesse contexto, regista-se igualmente a nomeação de um novo elemento para o Conselho de Administração, relativamente ao qual pedimos esclarecimento sobre os critérios que estiveram na base dessa nomeação. -- Temos ainda conhecimento que o atual Diretor Técnico exerce funções idênticas noutras instâncias termais do País. Importa questionar se esta situação foi devidamente analisada do ponto de vista de eventuais incompatibilidades ou impedimentos, e se estão plenamente salvaguardados os requisitos legais e de disponibilidade exigidos para o exercício destas funções. -----

Em suma, o Partido Socialista reconhece, obviamente, a relevância estratégica das termas das Caldas de São Jorge e valoriza o trabalho dos seus profissionais. Contudo, isso não pode dispensar a exigência de rigor, transparência e boa gestão na administração de um ativo público que pertence a todos os feirenses. -----

Perante resultados negativos, desvios orçamentais e opções de gestão que podem eventualmente suscitar dúvidas, impõe-se que a Câmara Municipal tenha uma atitude de vigilância e exigência no sentido de assegurar esclarecimento e, acima de tudo, melhoria contínua da gestão pública.” ----

-----  
Interveio o membro **Jorge Silva** (PSD) que leu o documento que disponibilizou e cujo teor se transcreve:-----

“No ponto ora em análise, temos presentes os Documentos de Prestação de Contas da Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira. -----  
Importa, antes de mais, fazer uma leitura global e equilibrada do desempenho da empresa. Estamos perante uma entidade que, ao longo dos

---



*R.*  
*Fe*  
*ma Cunha*

últimos anos, tem evidenciado um percurso consistente, com resultados positivos e uma gestão estável, afirmando-se como um pilar importante na valorização das Termas das Caldas de São Jorge e na dinamização do território. O exercício de 2025 deve, por isso, ser lido nesse enquadramento mais amplo. -----

Tratou-se de um ano com circunstâncias específicas, desde logo ao nível da atividade operacional, com ajustamentos nos recursos humanos face à realidade concreta, bem como a necessidade de intervenções de manutenção e reparação que, não estando integralmente previstas, foram essenciais para assegurar o normal funcionamento da época termal. A estas condicionantes acresceu ainda a redução da duração da época termal em cerca de um mês, um fator excecional que teve impacto direto na dinâmica da atividade. Apesar deste enquadramento, há um dado que nos parece particularmente relevante e que deve ser destacado: 2025 foi um ano de crescimento do ponto de vista da procura e da atividade. Registou-se um aumento do número de termalistas e do volume de negócio, o que demonstra, de forma clara, a atratividade crescente das Termas das Caldas de São Jorge e a sua afirmação como um equipamento de referência, estruturante e estrutural, não só no concelho, mas em toda a região. Este é, aliás, um sinal de maturidade da organização e da qualidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. -----

Naturalmente, como em qualquer entidade, há sempre margem para aperfeiçoar processos e reforçar a eficiência, procurando alinhar cada vez mais o desempenho económico-financeiro com a evolução positiva da atividade. É precisamente nesse plano estratégico que entendemos ser pertinente olhar para o futuro. Tendo em conta a importância deste equipamento e a necessidade de potenciar a sua sustentabilidade e capacidade de crescimento, poderá fazer sentido, numa lógica de médio prazo, equacionar modelos de maior articulação no universo empresarial municipal, nomeadamente através de uma eventual integração ou

---

R.  
K  
Inês Cunha



cooperação reforçada com a Feira Viva, permitindo ganhos de escala, sinergias operacionais e uma gestão ainda mais eficiente.-----

O que está em causa não é o passado que é sólido, mas sim garantir que o futuro é ainda mais ambicioso e sustentável!" -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por agradecer as intervenções e referiu que, contrariando a facilidade com que atualmente se utilizam determinadas expressões no discurso político, considera excessivas as acusações imediatas de falta de rigor, transparência e incapacidade de gestão. Afirmou que as contas refletem, com rigor e transparência, o estado da Sociedade de Turismo, aconselhando, por isso, maior prudência na utilização de adjetivação severa relativamente à gestão das termas. -----

Relativamente à contratação de pessoal, salientou que foi o atual executivo municipal, sob a sua presidência, que conseguiu integrar o maior número de trabalhadores nas Termas das Caldas de São Jorge, dando continuidade a uma pretensão antiga dos recursos humanos daquela entidade, ressaltando que não tem memória curta. -----

Quanto à questão do diretor técnico, informou que a respetiva resposta seria remetida por escrito, após avaliação da situação. -----

Quanto à escolha da pessoa para o Conselho de Administração, esclareceu que foi efetuada com base em critérios técnicos, de qualidade e de currículo. Em relação ao presidente da Junta que foi eleito, confirmou que lhe foi dirigido convite e que foi entendimento manter a pessoa que estava nas funções, acrescentando que estava disponível para ouvir comentários ou alternativas também sobre essa matéria. -----

Ainda no respeitante às Termas, disse registar que, apesar de ter anunciado a intenção de concretizar um grande investimento naquela infraestrutura, isso não foi relevante na análise feita pela senhora deputada, embora, a ser concretizado, obterá relevância em todos os resultados. Sublinhou que uma

---



R.  
F.  
Ina Cunha

gestão competente é demonstrada pela capacidade de colocar o balneário termal das Caldas de São Jorge no terceiro lugar a nível nacional e no segundo lugar a nível regional, quer nas indicações terapêuticas quer noutros tratamentos. -----

Afirmou que, enquanto feirense, sente grande orgulho nesses resultados e acrescentou que, se fosse caldense, sentiria ainda maior orgulho nas Termas das Caldas de São Jorge.-----

Relativamente às dificuldades identificadas, referiu que as mesmas haviam sido explicadas, nomeadamente o impacto do apagão, que teve custos estimados a nível nacional, bem como das inundações, da redução de dias de trabalho e, por conta disso, da necessidade de contratar mais pessoas para recuperar tratamentos, considerando que tais fatores justificam os resultados apresentados.-----

Salientou que pode existir discordância quanto às explicações apresentadas, mas considera negativa a utilização sistemática de acusações de falta de transparência, observando que esse tipo de discurso não beneficia quem exerce funções de governo nem quem venha futuramente a exercê-las. Acrescentou que os políticos utilizam com demasiada facilidade acusações relacionadas com falta de transparência, comentando que entende que se anda a confundir frequentemente a adjetivação utilizada. -----

Reforçou que o resultado negativo das Termas tinha sido devidamente explicado, destacando a atitude da diretora das Termas, que, em reunião de Câmara, assumiu ter ocorrido um lapso relativamente aos recursos humanos, por não ter inscrito determinada verba ao utilizar os valores do ano anterior, numa altura em que se encontrava de baixa médica. Considerou tratar-se de uma atitude rara de assunção de responsabilidade na gestão pública e lamentou ter de voltar a abordar essa situação, acrescentando que a senhora deputada tinha conhecimento desse número. Concluiu afirmando que, enquanto caldense, a senhora deputada acabará por ficar satisfeita com o facto de as Termas das Caldas de São Jorge serem

R.  
Fe  
Ana Cereb



consideradas das terceiras mais eficazes do país e estarem bem geridas por uma especialista reconhecida a nível nacional e internacional, manifestando a convicção de que, no futuro, a senhora deputada vai conseguir fazer esse reconhecimento publicamente.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado os documentos em epígrafe, no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. --

*Saíram os membros Maria Belinha de Oliveira, Sandra Moutinho e Armando Teixeira.*-----

**7 - Documentos de Prestação de Contas da Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira - 2025**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Solange Figueiredo** (PSD) que leu o documento que disponibilizou e cujo teor se transcreve:-----

“Em 2025, a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira voltou a demonstrar a sua relevância no panorama cultural do concelho, cumprindo na íntegra o Contrato-Programa celebrado com o Município e superando várias das metas traçadas. Ao longo do ano, desenvolveu uma programação diversificada, incluindo concertos, ações pedagógicas, projetos de formação e atividades descentralizadas, aproximando a cultura da população e contribuindo para a valorização do território.-----



*R.*  
*Fe*  
*malinha*

Nesta altura de prestação de contas, importa destacar que os resultados financeiros alcançados foram positivos, refletindo uma gestão responsável, equilibrada e sustentável. Estes valores, num ano em que a associação atingiu um volume de serviços prestados de 8.614,04€, refletem uma maturidade institucional e uma utilização responsável e eficaz dos apoios que lhe foram confiados. -----

Este percurso foi sustentado com o apoio contínuo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, um parceiro estratégico que tem reconhecido na cultura um instrumento essencial de desenvolvimento local, de coesão social e de valorização da identidade coletiva. -----

Deve-se também referir o contributo do patrocinador institucional, cujo apoio reforça a sustentabilidade do projeto, bem como o apoio da DGArtes, que, através do seu financiamento, valida a qualidade artística e organizativa da associação e potencia o seu crescimento. -----

Em 2025, para além da atividade contratualizada, a Orquestra integrou algumas das mais relevantes iniciativas municipais, nomeadamente o Imaginarius 2025, o concerto do 10º aniversário do Cineteatro com os Capitão Fausto e a participação no ciclo Artes em Itinerância com Carolina de Deus. Esta presença ativa nos principais momentos culturais do concelho: consolidou o papel da associação na programação cultural; reforçou a sua missão formativa, proporcionando aos jovens experiências artísticas enriquecedoras, em contacto direto com contextos profissionais e oportunidades concretas de desenvolvimento musical; e contribuiu para a projeção externa de Santa Maria da Feira. -----

Para concluir, o ano de 2025 confirma a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira como um ativo estratégico para a política cultural do Município e para a formação artística das novas gerações. A continuidade desta parceria entre Município, patrocinadores e DGArtes mostra-se plenamente justificada, tendo em conta o impacto artístico, educativo e social gerado, bem como para o serviço público cultural

---

R.  
Fu  
Ana Cunha



prestado, para a educação musical dos nossos jovens e para a afirmação de Santa Maria da Feira dentro e fora do concelho.”-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado os documentos em epígrafe, no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. --

*Saíram os membros António Perestrelo Lima, Óscar Reis, Miguel Ângelo Silva e Susana Correia.*-----

#### **8 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que disse ter uma questão e um pedido de esclarecimento a fazer. -----

Referiu que o documento prevê a eliminação de postos de trabalho em áreas sensíveis, como, por exemplo, o desenvolvimento social e a habitação municipal, questionando se tal redução não implicará uma perda de qualidade na resposta pública nestas áreas sociais. -----

Terminou reforçando que a opinião do Partido Chega é a favor de uma gestão pública eficiente, querendo garantir que cada posto de trabalho criado corresponde a uma necessidade real do Município e que o dinheiro de Santa Maria da Feira é aplicado com critério. -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, no sentido de tranquilizar a senhora deputada, explicou que a alteração em causa provém diretamente da direção



R.  
f.  
Ana Cunha

do Departamento e que tem a ver com as dinâmicas introduzidas na gestão da habitação, na Divisão de Ação Social.-----

Fez notar que esses postos de trabalho estavam previstos, mas não foram utilizados, revelando-se desnecessários, pelo que tal eliminação não põe em causa o trabalho que tem de ser levado a cabo. Comentou que, geralmente, o pedido até é sentido contrário, ou seja, de aumentar o número de postos de trabalho, e não diminuir, frisando que esta questão é sempre alvo de uma análise muito criteriosa.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 32, PS: 6 – Rui Rios, Filipa Pinheiro, David Neves, Fernando Sousa, António Cardoso e Francisco Andrade, CH: 3, IL, IND), e 8 abstenções (PS), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2026, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

*Reentraram os membros António Perestrelo Lima, Sandra Moutinho e Susana Correia.*-----

**9 – Protocolo entre o “Município de Santa Maria da Feira e a Freguesia de Pigeiros – Parque Infantil e Espaço de Fitness da Várzea”**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **António Cardoso** (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, que referiu pretender deixar algumas palavras sobre este ponto por se tratar da instalação de dois equipamentos na sua freguesia, situação



R.  
fer  
Anatunha

---

que considerou motivo de orgulho e uma mais-valia para um equipamento já existente, atualmente em fase terminal de execução, embora já utilizado por centenas de pessoas. Acrescentou que o sucesso desse equipamento será complementado pelos novos equipamentos, os quais irão enriquecer e potenciar ainda mais o espaço. -----

Referiu que um dos equipamentos proporcionará maior tranquilidade aos pais, permitindo-lhes permanecer no parque enquanto os filhos utilizam o parque infantil, ao mesmo tempo que outras pessoas, ligadas ao desporto de lazer ou ao turismo, poderão aproveitar o espaço para praticar exercício físico e valorizar a sua condição física. -----

Salientou, assim, estas duas mais-valias, reconhecendo o impacto positivo das intervenções e transmitindo o regozijo da população de Pigeiros, agradecendo, em nome desta, a integração dos referidos equipamentos nas obras em curso. -----

Fez ainda um destaque especial ao vereador Mário Jorge Reis, ressaltando o respeito e as excelentes relações institucionais mantidas com todos os vereadores, referindo que aquele autarca demonstrou visão estratégica relativamente a estes equipamentos, os quais servirão maioritariamente pessoas de fora da freguesia. Acrescentou que o vereador o sensibilizou para a importância do investimento, motivo pelo qual entendeu felicitá-lo e deixar este registo. -----

Por fim, apelou aos Presidentes de Junta de Escapães, Milheirós de Poiares e Romariz, freguesia onde nasce o rio Uíma, para que estejam vigilantes relativamente aos perigos de contaminação dos regatos que desaguan naquele rio. Referiu estar certo de que todos permanecerão atentos, dada a responsabilidade que lhes reconhece, frisando que vai igualmente acompanhar de perto a situação. -----

Concluindo, sublinhou que aquele equipamento merece muito carinho e cuidado, para que se consiga entregar o rio Uíma em boas condições ao presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge. -----

---



R.  
Ina Cunha

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que começou por manifestar total concordância com este tipo de investimentos, referindo ter já constatado no local o trabalho desenvolvido ao longo do rio Uíma, o qual considerou merecedor de reconhecimento.-----

Referiu não conhecer em detalhe o projeto do parque que se pretende implementar, mas apelou a que fosse tida em consideração, na conceção destes espaços, nomeadamente dos destinados às crianças, a filosofia de eliminação de barreiras. Acrescentou que gostaria de ver essa realidade implementada no Concelho, reconhecendo, contudo, que tal implica também uma melhor gestão da envolvimento e do espaço público.-----

Salientou ainda que as sociedades consideradas mais desenvolvidas têm seguido esse modelo de parques, reafirmando o seu desejo de que o mesmo venha igualmente a concretizar-se no Concelho.-----

Concluiu deixando a sugestão e reiterando o total acordo da Iniciativa Liberal com esta gestão do espaço público.-----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que começou por referir que realmente Pigeiros é uma freguesia distante do centro urbano, e que o investimento em causa é um argumento forte e a favor da descentralização, mostrando que o Município investe na qualidade de vida das populações mais periféricas.-----

Salientou que a introdução de equipamentos de fitness na Várzea permite criar um polo de promoção de estilos de vida saudáveis, combatendo o sedentarismo de forma gratuita e acessível.-----

Concluindo questionou se, após a instalação, a manutenção regular dos equipamentos de fitness e a certificação de segurança do parque infantil ficará a cargo da Junta de Freguesia ou se haverá um apoio técnico continuado da Câmara Municipal.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse compreender a

R.  
João Cunha



questão da retirada das cercas, ressalvando, contudo, que as entidades inspetivas em Portugal não o permitem. Acrescentou que todos os parques do Concelho se encontram devidamente certificados e que, caso tal viesse a ser permitido, a situação poderia ser analisada de forma diferente.-----

Relativamente à manutenção, esclareceu que esta passará para a Junta de Freguesia, embora, aquando da contratação destes equipamentos, exista um plano de manutenção integrado no próprio contrato, pelo que a manutenção relacionada com questões de segurança e pequenas intervenções é assegurada, durante um longo período, pela própria empresa responsável pela instalação dos parques, considerando, por isso, que essa questão fica salvaguardada.-----

Concluindo, reforçou que a empresa instaladora terá prevista contratualmente a manutenção periódica do próprio equipamento. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), aprovar a instalação do novo parque infantil e quatro equipamentos de fitness, bem com a minuta do protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Pigeiros, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

**10 – Protocolo entre o “Município de Santa Maria da Feira e a Freguesia de Milheirós de Poiares – Zona de Lazer do Outeiro”-----**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da



R.  
F.  
Inal Cunha

palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), aprovar a requalificação integral do polidesportivo n.º 2, criação de acessos pedonais, realização das bases, instalação de piso adequado para as zonas onde serão instalados equipamentos de fitness e *street workout*, o estudo prévio para a viabilidade da requalificação dos balneários e bancada existentes, e ainda, a minuta do protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**11 – Contrato de subconcessão de uso privativo de uma parcela de terreno a celebrar com IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, SA** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que disse que o Partido Chega, sobre a subconcessão de uma parcela de 1460 m<sup>2</sup>, na Linha do Vouga, para a criação de um estacionamento público em Paços de Brandão, considera positivo o reconhecimento, por parte da Câmara, da escassez de estacionamento e da estreiteza das vias naquela zona. -----

Referiu que a criação de 1460 m<sup>2</sup> de estacionamento ordenado constitui uma medida de segurança rodoviária que não pode ser adiada, uma vez que o estacionamento desordenado atualmente existente coloca em risco peões e automobilistas. -----

Relativamente ao contrato, salientou que este prevê um encargo anual de

R.  
A. Curko



1.535 €, destacando, contudo, que a possibilidade de substituir esse pagamento por trabalhos de preservação e limpeza, nos termos do clausulado, representa uma ferramenta inteligente de gestão. Ainda assim, alertou para o facto de o documento referir que o incumprimento desses trabalhos implica a revogação automática dessa possibilidade.-----

Questionou a Câmara sobre as garantias existentes de que os serviços municipais ou a Junta de Freguesia terão capacidade logística para assegurar essa manutenção de forma rigorosa, evitando custos financeiros diretos. -----

Acrescentou que a subconcessão terá a duração de 20 anos, tratando-se, por isso, de um compromisso geracional, devendo ser assegurado que o investimento a realizar pelo Município na preparação do terreno, pavimentação, sinalização e iluminação fique devidamente amortizado nesse prazo, bem como garantido que a IP Património não disponha de poder discricionário para interromper o uso do espaço sem uma compensação justa para a autarquia. -----

Por fim, recomendou que o projeto não se limite à criação de um local de estacionamento, propondo que o Município pondere igualmente a instalação de pontos de carregamento para veículos elétricos, assegurando simultaneamente o cumprimento das normas ambientais em vigor. -----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu à deputada Juliana que, relativamente ao cumprimento escrupuloso das condições de manutenção, esta terá a oportunidade de escrutinar a Câmara, e que o Sr. Presidente da Junta também será escrutinado na Assembleia de Freguesia. Referiu ainda que a execução da obra será posteriormente abordada, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Paços de Brandão, entidade que, segundo afirmou, tem igualmente demonstrado capacidade própria de execução de obra, ressaltando que não se vai perder esta oportunidade. ----  
Relativamente à subconcessão, afirmou que tudo se encontra no perímetro



*R.*  
*João*  
*Ma Cunha*

e na esfera do domínio público e dos portugueses, não estando em causa nenhuma empresa privada, mas sim uma entidade do universo da Infraestruturas de Portugal, tudo no perímetro do Estado, e que, assim, entende não existir qualquer problema relativamente a essa matéria.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), autorizar a celebração do contrato de subconcessão em referência bem como aprovar a minuta do contrato que estabelece o valor, os termos e as condições acordados com a entidade denominada IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A. para a subconcessão de uso privativo da parcela de terreno, localizada entre o Km 9,020 e o Km 9,200 LD, da Linha do Vouga, do domínio público ferroviário, nos termos propostos e exarados na deliberação camarária supraidentificada. -----

## **12 – Composição do Conselho Municipal de Educação – Quadriênio 2025-2029** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), nomear, sob proposta da Câmara, o Conselho Municipal de Educação para o quadriênio 2025-2029, cuja composição, a indicada na deliberação camarária supraidentificada, é a seguinte: -----

R.  
Luís  
Ma Cunha

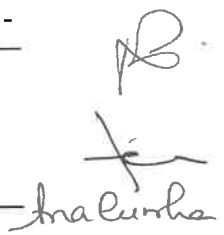


Santa Maria da Feira  
assembleia municipal

pág. - 312 -

SESSÃO: ORDINÁRIA  
DATA: 30/04/2026

Presidente da Câmara Municipal	Amadeu Albergaria
Presidente da Assembleia Municipal	Adelina Portela
Vereadora do Pelouro da Educação	Beatriz Silva
Presidente da Junta de Freguesia	Filipe Dias
Representante do departamento governamental responsável pela área da educação	A designar (representação delegada na CCDR-N)
Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	Raquel Meira
Diretora do Agrupamento de Escolas de António Alves Amorim	Mónica Almeida
Diretora do Agrupamento de Escolas de Argoncilhe	Ana Paula Almeida
Diretora do Agrupamento de Escolas de Arrifana	Guiomar Silva
Diretor do Agrupamento de Escolas de Canedo	Paulo Dias
Diretor do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro	Marco Costa
Diretor do Agrupamento de Escolas Corga de Lobão	Pedro Silva
Diretor do Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa	Rui Rodrigues
Diretora do Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão	Lúcia Silva
Diretora do Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira	Júlia Campos
Representante das instituições de ensino superior privado	José Martins
Representante do pessoal docente do ensino secundário público	Humberto Granja
Representante do pessoal docente do ensino básico público	Cristiano Moreira



Representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública	Rita Pereira
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas António Alves Amorim	Carla Cardoso
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Argoncilhe	Isabel Sousa
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Arrifana	Cristina Leite
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Canedo	Isolina Jorge
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro	Vasco Ribeiro
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Corga de Lobão	Maria Fátima Silva
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa	Maria da Graça Pais
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Paços de Brandão	Aida Bianchi
Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Santa Maria da Feira	Ana Barros
Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados	Alberto Malta
Representante das associações de pais e encarregados de educação	Elvira Baptista
Representante das associações de pais e encarregados de educação	Sílvia Pinho
Representante das associações de estudantes	Sara Moutinho
Representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação	Inês Pinho



Representante dos serviços públicos de saúde	Ana Paula Gonçalves
Representante dos serviços da segurança social	Lídia Bairras
Representante dos serviços de emprego e formação profissional	Andreia Ferreira
Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto	Helena Pinhão
Representante das forças de segurança	Carlos Mouro
Representante do conselho municipal da juventude	Helena Pinhão

**13 – Contrato interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), autorizar a celebração de cada um dos contratos interadministrativos de delegação de competências em referência, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.

**14 – Designação de fiscal único e fiscal único suplente – Feira Viva, Cultura e Desporto, EM – 2026-2029**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, e, dado



*R.*  
*João Cunha*

o Sr. Presidente da Câmara não participar na discussão deste ponto (por ser o Presidente do Conselho de Administração da referida empresa municipal), cometeu o tema ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e Vereador do Pelouro do Ambiente, Desporto e Espaços Verdes, **Mário Jorge Reis**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de março de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), designar, sob proposta da Câmara, como fiscal único da Feira Viva, Cultura e Desporto, EM, para o quadriénio 2026-2029, “Ángelo Couto & L. Carvalho, SROC, Lda.”, e como fiscal único suplente, “Luciano Santos Carvalho”, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**15 – Designação de fiscal único – Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA – 2026-2029**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de março de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor

*R.*  
*fa*  
*Ana Cunha*



(PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), designar, sob proposta da Câmara, como fiscal único da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, EM, SA, para o quadriénio 2026-2029, “António Magalhães & Carlos Santos – SROC”, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53, registada na CMVM sob o n.º 20161396, representada pelo seu Administrador Dr. António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179), registado na CMVM sob o n.º 20160038, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

**16 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de 2025**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de março de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que disse que o relatório em apreço mostra que o Estatuto do Direito de Oposição foi formalmente cumprido, o que é de salientar como positivo. -----

Referiu querer deixar uma pequena nota que se prende com o facto do próprio relatório reconhecer que há espaço para melhorar, nomeadamente ao nível da comunicação e da criação de canais próprios para a Oposição.--  
Concluindo, disse que uma sugestão é criar um espaço institucional, nomeadamente no site do Município, onde a Oposição também possa divulgar as suas propostas e posições. -----

Interveio o membro **Manuel Santos** (PS) que referiu que lhe cabia abordar o relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição de 2025, reiterando tratar-se do “vosso relatório”, do Executivo. -----

Afirmou que, apesar de concordarem que, em Santa Maria da Feira, a distância entre a governação local e a Oposição não é tão grande quanto aos



*R.*  
*Ana Cunha*

piores cenários possíveis, existindo uma boa relação e tendo sido dados passos positivos, o relatório não deveria constituir apenas uma mera formalidade burocrática, mas antes uma prática mais vivida no Concelho. - Nesse sentido, disse querer destacar três pontos fundamentais, ainda que um deles já fosse abordado no relatório. -----

Relativamente ao primeiro ponto, referente à transferência ativa e ao acesso à informação, considerou que a modernização da governação e as atuais tecnologias permitem que todos os órgãos tenham as reuniões transmitidas online. Referiu que a Assembleia Municipal já o faz e que as reuniões do Executivo deveriam, eventualmente, seguir o mesmo caminho no futuro, permitindo garantir maior proximidade com os cidadãos e acompanhar os novos tempos da política, salientando que a ausência dessa prática decorre apenas de uma decisão do Executivo. -----

Acrescentou que o acesso à informação continua algo limitado por respostas insuficientes. Reconheceu que os pedidos de resposta feitas pelo PS se encontram em dia, pelo menos relativamente à Assembleia, mas considerou que as respostas são manifestamente insuficientes, sendo frequentemente necessário mais tempo para análise dos documentos. -----

Quanto ao segundo ponto, relativo ao pluralismo comunicacional e à representatividade, referiu, na sequência da intervenção anterior do representante da Iniciativa Liberal, que o direito à participação não se esgota na presença física. Salientou que tem existido uma excelente gestão temporal relativamente às participações dos grupos municipais, mas considerou existirem todas as condições tecnológicas para garantir à Oposição um espaço no portal da autarquia destinado à divulgação de documentos, propostas e opiniões. -----

Manifestou igualmente não compreender porque raramente é dada oportunidade, ao nível dos registos fotográficos, para a presença da Oposição nos diversos eventos promovidos pela autarquia, nomeadamente naqueles em que a Oposição é convidada. Referiu ainda que a questão da

---

R.  
A. Cunha



comunicação já foi reconhecida como tendo margem para melhoria, defendendo ser necessário um esforço nesse sentido, de modo a aproximar a população e outras pessoas interessadas pela política, demonstrando abertura ao acompanhamento dos trabalhos políticos e públicos. -----  
Quanto ao terceiro ponto, disse ser uma crítica ao caráter unilateral do relatório, reiterando tratar-se do “vosso relatório”, do Executivo, e recordando que essa questão já tinha sido levantada em anos anteriores. Considerou que a Oposição não é devidamente tida em conta, por opção do Executivo, acrescentando que certamente não existiria qualquer impedimento ou penalização caso a Oposição fosse convidada a apresentar comentários ou avaliações relativamente ao relatório. -----  
Por fim, informou que o grupo municipal do PS iria votar contra o relatório de forma coerente com as críticas apresentadas, por considerar que existem falhas graves, embora manifestando a expectativa de que esse seja um caminho a percorrer e a esperança de que, no futuro, possam existir condições para a aprovação unânime do documento.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, relativamente ao relatório e à intervenção da Iniciativa Liberal, posteriormente secundada pelo espaço institucional, afirmou que, embora já tenha desempenhado funções na Oposição e não pretendesse imiscuir-se nesse papel, considera que a insistência na existência de um espaço institucional no site da Câmara pode concretizar-se, embora entenda que, num tempo em que a política é feita sobretudo nas redes mediáticas, pensaria de forma diferente quanto a essa necessidade. Ainda assim, referiu não existir qualquer problema na disponibilização desse espaço institucional. -----  
Quanto à reiteração da expressão “vosso relatório”, esclareceu que se trata do relatório do Executivo, dos serviços, acrescentando que não corresponde o seu entendimento pessoal, mas sim ao que a lei prevê. -----  
Referiu, por isso, que o relatório é apresentado à Câmara e que existe direito

---



*R.*  
*fe*  
*Ana Cunha*

de pronúncia, fazendo notar que se o Partido Socialista não apresentou pronúncia por escrito. -----

Explicou que, para os efeitos do exercício do direito de pronúncia sobre o relatório em questão, pelos titulares do direito de oposição, nos termos legais aplicáveis, determinou que o relatório fosse incluído na ordem do dia da reunião de Câmara seguinte e posteriormente remetido à Presidente da Assembleia Municipal e aos titulares do direito de Oposição. -----

Disse que, portanto, nada impede os membros da Oposição de contradizerem o relatório, quer verbalmente, quer por escrito.-----

Acrescentou que não está previsto um relatório conjunto, uma vez que, caso não fosse possível alcançar uma conclusão comum, tal inviabilizaria a sua apresentação. Comparou a situação às propostas apresentadas pela Oposição relativamente ao programa de atividades da Câmara, referindo que essas pronúncias são anexadas sem alteração por parte do Executivo, por não poderem proceder a alterações ou distinções entre propostas com as quais concordam ou discordam, sob pena de ultrapassarem os poderes e competências da Assembleia Municipal. -----

Reiterou, assim, que se trata de um relatório sobre o qual a Oposição pode pronunciar-se, verbalmente ou por escrito, considerando incorreto afirmar que o Executivo esteja a atuar de forma indevida, uma vez que a lei está a ser escrupulosamente cumprida. -----

Relativamente à questão dos registos fotográficos, considerou tratar-se de uma crítica profundamente injusta ao Gabinete de Comunicação da Câmara. Referiu, a título de exemplo, que nas suas redes sociais pessoais, relativamente às comemorações do 25 de Abril, se encontram publicadas imagens de todas as intervenções, incluindo as dos representantes dos diferentes partidos, comentando que gostava de ver se o Presidente da Câmara aparece nas redes sociais pessoais dos membros da Oposição. -----

Acrescentou que é obrigação da Câmara manter uma certa neutralidade e imparcialidade nas redes institucionais, dando visibilidade a todos,



salientando ainda que, embora nada o obrigasse a fazê-lo nas suas redes pessoais, também aí adota essa prática, e que por aí se vê a “grandeza da situação”. -----

-----  
A deputada municipal **Susana Correia** (PS) usou da palavra, começou por referir que não iria abordar a questão das fotografias, afirmando que o Sr. Presidente da Câmara saberia bem qual era a matéria em causa.-----

Relativamente ao direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, questionou qual é, por exemplo, o direito de pronúncia da Iniciativa Liberal, atendendo a que este partido não tem assento na Câmara Municipal. Considerou que o ponto essencial em discussão é o facto de o direito de pronúncia dever ser solicitado à Oposição antes da apresentação do relatório para apreciação, permitindo assim que esta se pronuncie sobre o respetivo conteúdo. -----

Referiu ainda que a matéria se encontra prevista no artigo 10.º da Lei n.º 24/98, admitindo, contudo, a possibilidade de diferentes interpretações. Salientou que o próprio Presidente da Câmara havia afirmado que essa é a interpretação dos serviços da Câmara, enquanto a interpretação do Partido Socialista é distinta. -----

Assim, sustentou que o Partido Socialista entende que, no espírito da lei, o direito de pronúncia deve ocorrer antes de o relatório ser apresentado para apreciação. Reiterou ainda a questão relativa à Iniciativa Liberal, questionando qual teria sido o respetivo direito de pronúncia, atendendo a que não tem assento na Câmara.-----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que não existe qualquer problema relativamente a essa matéria, acrescentando que os grupos municipais possuem, na organização e na lei autárquica portuguesa, direitos diferenciados, desde logo porque alguns estão representados na Câmara Municipal e outros não. Considerou, por isso, que essa distinção resulta da

---



*R.*  
*Ma Cunha*

própria construção legal do sistema autárquico.-----

Acrescentou que não vê qual é o problema de o PS não ter exercido o direito de pronúncia, afirmando que tal não aconteceu porque o PS assim o entendeu, designadamente, por escrito, acrescentando que essa questão já tinha ficado clara em reunião de Câmara. -----

Aludiu igualmente à questão das fotografias, afirmando compreender que a deputada Susana Correia não pretendesse continuar esse debate, acrescentando que, caso contrário, teria também outras fotografias para mostrar. -----

Feita a discussão, a **Sra. Presidente da Assembleia** esclareceu, uma vez que tinha sido várias vezes referida a questão da aprovação, que, da leitura da ata e do extrato da ata da reunião de Câmara, não consta qualquer aprovação do relatório. Esclareceu que o que ali costa é que “a Câmara tomou conhecimento e apreciou o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição, relativo ao ano 2025, nos termos e para os efeitos do disposto na respetiva lei”. Assim, esclareceu que o relatório não é submetido a esta Assembleia para aprovação, tal como não foi aprovado em reunião de Câmara, tratando-se apenas de um ponto informativo, não sujeito a deliberação. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento do Relatório em referência. -----

#### **Prolongamento da sessão – artigo 14.º do Regimento**-----

De seguida, a **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu à consideração do plenário a questão do eventual prolongamento da sessão, para além das 4 horas, em conformidade com o disposto no artigo 14.º do Regimento.-----

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por

*FC*  
*Ana Cunha*



unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND),  
prosseguir os trabalhos da sessão. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe,  
informou da existência das seguintes inscrições:-----

1 – Miguel Teixeira -----

Assunto: Alargamento rua e saneamento a céu aberto – Trav. do Ramo –  
Lourosa. -----

2 – Fernanda Ribeiro-----

Assuntos: Ruído dos cães na rua onde reside – Rua Entrecampos, em Lobão;  
Ruído em obra a decorrer em frente à sua habitação (a partir das 7h30,  
mesmo aos fins de semana, impedindo o devido descanso). -----

3 – Gabriela Familiar-----

Assunto: Bem-estar animal, no geral. -----

4 – Karla Alves -----

Assunto: “Alunos da pré-escola de Vila Maior almoçam num contentor onde  
chove lá dentro, agora com a lona preta está muito calor lá dentro, não se  
pode ligar o ar condicionado porque a luz vai abaixo. Quando está a chover  
as crianças molham-se para ir almoçar. A escola primária de Vila Maior  
também tem a cantina num contentor. Até quando? Não precisamos de uma  
escola nova, precisamos de obras nas nossas escolas.” -----

5 – Priscilla Silva-----

Assunto: Cantinas escolares – problemas de contentores em Vila Maior. ----

6 – André Brito-----

Assunto: “Escola da primária e pré da Igreja de Vila Maior. Inadmissível as  
crianças comerem em contentores e irem à chuva para comer! Inadmissível  
quererem construir uma escola nova quando bastava serem renovadas as  
que temos!” -----



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Posto isto, e tendo o munícipe Miguel Teixeira comunicado a impossibilidade de comparecer, foi dada a palavra à munícipe Fernanda Ribeiro. -----

-----  
Interveio a munícipe **Fernanda Ribeiro** que referiu que, aos 61 anos e após ter deixado a atividade política há cerca de 20 anos, nunca imaginara vir a uma Assembleia Municipal para pedir condições que lhe permitissem descansar durante a noite. -----

Informou que nasceu em Vila Nova de Gaia, onde trabalha há 40 anos ao serviço do Município, e que exerce funções de formadora da ATAM – Associação dos Técnicos da Administração Local – há cerca de 20 anos, ministrando formação a trabalhadores em funções públicas de diversas autarquias das regiões Norte e Centro nas áreas da prevenção da corrupção, auditoria interna, processo disciplinar e subvenções públicas. -----

Explicou que teve de deixar de realizar formações online devido ao ruído junto à sua habitação, passando a fazê-las apenas presencialmente. Recordou que, quando se mudou de Gaia para Lobão, em 2002, coincidiu igualmente com a sua saída da política ativa, onde desempenhara funções como presidente de uma Assembleia de Freguesia e primeira-secretária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia. Acrescentou que também abandonou a advocacia, atividade que exerceu durante 19 anos e 8 meses como defensora oficiosa em processos-crime, para se dedicar exclusivamente ao trabalho em funções públicas e à formação. -----

Referiu que escolheu Lobão pela qualidade de vida e pelo sossego, não se tendo preocupado com a inexistência de algumas infraestruturas e serviços que só vieram a ser assegurados mais tarde, designadamente a pavimentação da rua onde reside, o saneamento básico e os serviços de telecomunicações. -----

Relatou que, há cerca de dois ou três anos, a habitação contígua à sua foi adquirida por um casal proprietário de um pastor alemão, animal que passou a ladrar de forma frequente e contínua, durante o dia e a noite,

R.  
F.  
Ana Cunha



perturbando significativamente o seu descanso.-----

Perante essa situação, apresentou uma queixa à Câmara Municipal, por já não conseguir dormir há cerca de dois meses. Assinalou que a exposição apresentada em 20 de julho de 2024 foi rapidamente encaminhada para o médico veterinário municipal, mas que apenas cerca de um ano depois recebeu resposta. Segundo referiu, o médico veterinário informou que, numa visita efetuada ao local, não encontrou nem os proprietários do animal, nem a própria, tendo verificado apenas que o cão possuía condições adequadas de alimentação, água e abrigo, não apresentando sinais de maus-tratos. ---

Considerou que a resposta recebida não atendia ao problema efetivamente reportado, que era o ruído produzido pelo animal, e não as respetivas condições de bem-estar. Acrescentou que, após diversas conversas com os vizinhos, foi possível alcançar alguma melhoria da situação, passando o cão a permanecer no interior da habitação durante a noite. Contudo, referiu que, pelas 7 horas da manhã, incluindo fins de semana e feriados, o animal volta ao exterior, continuando a perturbar o seu descanso.-----

Acrescentou ainda que se encontra em construção uma moradia em frente à sua residência, situação que tem originado ruído em horários que considera inadequados, nomeadamente ao sábado de manhã, por volta das 7h30. Referiu ter solicitado esclarecimentos sobre a eventual existência de licença especial de ruído que autorizasse aqueles trabalhos naquele horário, sem obter resposta.-----

Mencionou igualmente a existência de uma coluna sonora instalada em frente à sua habitação, através da qual são transmitidas celebrações religiosas durante as Festas de Nossa Senhora da Conceição, aos domingos de manhã, situação que também afeta o seu descanso, sobretudo por ter um sono muito leve.-----

Esclareceu que não pretendia a aplicação de coimas ou contraordenações, defendendo antes uma atuação pedagógica por parte da Câmara Municipal, sensibilizando os responsáveis pelas obras e os proprietários dos animais

---



*R.*  
*F.*  
*Inaluna*

para o cumprimento das regras e horários legalmente estabelecidos, de forma a garantir o respeito pelo descanso dos vizinhos. -----

Afirmou que a legislação relativa ao ruído existe e deve ser aplicada, reiterando que o seu único pedido consiste na promoção de uma cultura de respeito pelo sossego e pelas regras de convivência entre vizinhos. -----

Por fim, e na sequência da discussão que ouviu a propósito do relatório do Estatuto do Direito de Oposição, referiu que existem pareceres dos Centros de Coordenação das regiões Norte e Centro que defendem que o mesmo deve ser previamente trabalhado por todos os intervenientes antes de ser submetido à Assembleia Municipal, disponibilizando-se para indicar posteriormente alguns desses pareceres. -----

De seguida, feita a chamada dos munícipes Gabriela Familiar, Karla Alves, Priscilla Silva e André Brito, verificou-se que não se encontravam presentes. -----

Assim, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual informou que tomou boa nota das questões expostas pela munícipe Fernanda Ribeiro, comprometendo-se a articular com o Presidente da Junta de Freguesia e com os serviços municipais a análise das situações apresentadas e a avaliação de eventuais medidas a adotar. -----

Acrescentou que, embora não possua formação jurídica comparável à da interveniente, lhe parecia que várias das situações relatadas se enquadram mais no âmbito do direito privado do que do direito público. Ainda assim, assegurou que o Município procurará adotar uma postura proativa na procura de soluções. -----

Concluiu observando que a munícipe se mudou para o concelho de Santa Maria da Feira, o que não é propriamente como mudar para Terras de Bouro. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----



**Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal**-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 25 minutos do dia 1 de maio de 2026, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,